



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DOMINGOS TREVIZAN FILHO

**O protagonismo do gestor público
no desenvolvimento de Maringá-PR**

MARINGÁ
2018

DOMINGOS TREVIZAN FILHO

**O protagonismo do gestor público
no desenvolvimento de Maringá-PR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Rodrigues.

MARINGÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

T814p	<p>Trevizan Filho, Domingos O protagonismo do gestor público no desenvolvimento de Maringá-PR / Domingos Trevizan Filho. -- Maringá, 2018. 93 f. : il. color., quadros</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rodrigues. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.</p> <p>1. Política local - Maringá (Paraná). 2. Poder local - Ações decisórias. 3. Ações públicas - Maringá (Paraná). 4. Gestor público - Desenvolvimento - Maringá (Paraná). I. Rodrigues, Ana Lúcia, 1962-, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDD 21.ed. 320.98</p>
-------	--

DOMINGOS TREVIZAN FILHO

**O protagonismo do gestor público
no desenvolvimento de Maringá-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Ana Lúcia Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Profa. Dra. Zuleika de Paula Bueno
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Alexandra Fante Nishiyama
Faculdade Maringá

Data da aprovação: 28 de junho de 2018.

Local de defesa: Bloco H-12, sala 03, campus da Universidade Estadual de Maringá.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Domingos Trevizan e Maria Ribeiro Trevizan, que há 62 anos moram em Maringá e com suas histórias colaboraram com as lembranças de fatos e personagens que ajudaram a construir a cidade.

À companheira de tantas lutas, Jaqueline Trevizan, maior incentivadora na minha retomada da vida acadêmica.

Aos meus filhos, Raphael, Marcelo, Henrique e Lucas, que há muito tempo sofrem com minha ausência, por motivos profissionais ou pelas incursões nas salas de aula.

À minha orientadora, professora Doutora Ana Lúcia Rodrigues, pela liberdade na realização da pesquisa e direcionamento da redação final.

Aos professores Doutores Zuleika de Paula Bueno e Raphael da Silva, pelas preciosas sugestões na banca de qualificação.

Aos dezenas de entrevistados, colegas de trabalho e amigos que nos últimos 45 anos colaboraram com o acervo de informações que ajudou a relembrar a história política e administrativa de Maringá.

À Universidade Estadual de Maringá, que vi nascer e crescer, pela oportunidade de ter ingressado no ensino superior e chegar ao Mestrado. Obrigado pela qualidade de ensino e pela gratuidade, sem a qual este maringaense certamente não conseguiria sequer concluir uma graduação.

O protagonismo do gestor público no desenvolvimento de Maringá-PR.

RESUMO

Esta dissertação oferece um conjunto de informações sobre as gestões municipais de cada mandato de prefeito de Maringá-PR, com a finalidade de demonstrar o protagonismo dos gestores públicos no processo de desenvolvimento do município. A metodologia utilizada é uma narrativa construída com informações obtidas com entrevistas feitas pelo autor com todos os prefeitos (à exceção do segundo), pioneiros e políticos locais; pesquisas em jornais, revistas e acervos públicos, bem como relatos de memórias do próprio autor. Para o cumprimento dos objetivos este trabalho se estrutura em duas seções. A primeira mostra o início do protagonismo do gestor público executivo no planejamento e desenvolvimento de Maringá, período marcante a partir do primeiro mandato de João Paulino Vieira Filho (1961-1964), consolidado nos oito anos posteriores, nas administrações de Luiz Moreira de Carvalho e Adriano Valente. A segunda relata as principais realizações de cada uma das gestões dos outros 11 prefeitos, de 1973 a 2017. De Inocente Villanova Júnior a Ulisses Maia, as decisões dos prefeitos foram e ainda são fundamentais para que a cidade mantenha essa característica *sui generis*, diferenciando-se de outras fundadas na mesma época, inclusive Londrina-PR, por exemplo. O estudo pretende mostrar que, apesar da influência no desenho de Maringá, a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) não deve ser apontada como a “mãe” do planejamento e muito menos do desenvolvimento da cidade. É dada ênfase às realizações de cada prefeito, com relato das articulações políticas que garantiram a vitória de cada um nas eleições. Em ordem cronológica, essas etapas foram analisadas com base em fatos históricos, citados em publicações na imprensa, em entrevistas com importantes personagens ou vivenciados pelo autor.

Palavras-chave: Política local. Poder local. Ações públicas. Desenvolvimento.

The role of the public manager in the development of Maringá-PR.

ABSTRACT

This dissertation offers a set of information about the municipal administrations of each mayoral mandate of Maringá-PR, with the purpose of demonstrating the role of public managers in the development process of the municipality. The methodology used is a narrative constructed with information obtained from interviews made by the author with all mayors (except the second), pioneers and local politicians; research in newspapers, magazines and public collections, as well as reports of the author's own memories. For the accomplishment of the objectives, this work is structured in two sections. The first shows the beginning of the role of the executive public manager in the planning and development of Maringá, a period marked by João Paulino Vieira Filho's first term (1961-1964), consolidated in the eight subsequent years, in the administrations of Luiz Moreira de Carvalho and Adriano Valente. The second one reports on the main achievements of each of the 11 other mayors' administrations from 1973 to 2017. From Inocente Villanova Junior to Ulisses Maia, the decisions of the mayors were and still are fundamental for the city to maintain this *sui generis* characteristic, but also from others founded at the same time, including Londrina-PR, for example. The study intends to show that, despite the influence on the Maringá design, the Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) should not be considered as the “key” of its planning, still less on the development of the city. Emphasis is given to the achievements of each mayor, with account of the political articulations that guaranteed the victory of each one in the elections. In chronological order, these steps were analyzed based on historical facts, cited in publications in the press, interviews with important characters or experienced by the author.

Keywords: Local politics. Local power. Public actions. Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Antonio Manfrinato.....	17
Figura 2 -	Inocente Villanova Júnior na Sessão em que foi empossado prefeito – 1952.....	19
Figura 3 -	Arlindo de Souza – 1º Presidente da Câmara de Vereadores de Maringá – 1952.....	20
Figura 4 -	Cafeeira Santa Luzia, onde Américo Dias Ferraz começou a aventura como comerciante de cereais.....	23
Figura 5 -	Américo Dias Ferraz na <i>patrola</i> que abria ruas e ganhava votos.....	24
Figura 6 -	O incêndio na casa de Américo Dias Ferraz.....	26
Figura 7 -	Américo Dias Ferraz servindo comida aos companheiros de cadeia, quando ficou preso em São Bernardo do Campo.....	28
Figura 8 -	João Paulino (ao centro) na campanha para prefeito, em 1960.....	29
Figura 9 -	Laércio Souto Maior comandava a “Organização”.....	36
Figura 10 -	Adriano Valente, na frente da Biblioteca Central da UEM.....	39
Figura 11 -	Sílvio Barros manteve o MDB à frente da Prefeitura.....	41
Figura 12 -	Posse da primeira diretoria da Associação de Moradores da Zona Sete, em 19.09.1987.....	49
Figura 13 -	Ricardo Barros, ao centro, em comício na campanha para prefeito, em 1988.....	51
Figura 14 -	José Pacheco dos Santos (primeiro à esquerda), com representantes de vários partidos.....	56
Figura 15 -	Osvaldo Reis, Ana Cadamuro, Alaor Gregório, Francisco Dantas e Alberto Abrão Vagner da Rocha, participantes do Centro Patriótico Tiradentes.....	57
Figura 16 -	O autor na mediação do debate entre os candidatos a prefeito, em 1996...	59
Figura 17 -	Cercado por servidores revoltados, Ricardo Barros escapou por essa janela.....	60
Figura 18 -	Said voltou a ser prefeito em 1993 e retomou as obras paralisadas.....	61
Figura 19 -	Grupo que participou do Planejamento Estratégico Maringá 2020, o <i>Repensando Maringá</i>	63
Figura 20 -	Luiz Antonio Paolicchi e Jairo Gianoto.....	68
Figura 21 -	José Cláudio, já doente, recebe a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....	72
Figura 22 -	Dona Maria Aparecida Beraldo Pereira com Sílvio Barros II.....	75
Figura 23 -	João Ivo perdeu a eleição no segundo turno.....	76
Figura 24 -	Gleisi Hoffmann (PT) discursa na inauguração do Contorno Norte, ao lado do prefeito Carlos Roberto Pupin e do ministro César Borges.....	79
Figura 25 -	Ulisses Maia derrotou o grupo de Ricardo Barros.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Eleição para prefeito em 1952.....	19
Quadro 2 -	Eleição para prefeito em 1956.....	24
Quadro 3 -	Eleição para prefeito em 1960.....	29
Quadro 4 -	Eleição para prefeito em 1964.....	32
Quadro 5 -	Eleição para prefeito em 1968.....	37
Quadro 6 -	Eleição para prefeito em 1972.....	42
Quadro 7 -	Eleição para prefeito em 1976.....	43
Quadro 8 -	Eleição para prefeito em 1982.....	47
Quadro 9 -	Eleição para prefeito em 1988.....	52
Quadro 10 -	Eleição para prefeito em 1992.....	58
Quadro 11 -	Eleição para prefeito em 1996.....	65
Quadro 12 -	Eleição para prefeito em 2000 – 1º turno.....	68
Quadro 13 -	Eleição para prefeito em 2000 – 2º turno.....	69
Quadro 14 -	Eleição para prefeito em 2004 – 1º turno.....	74
Quadro 15 -	Eleição para prefeito em 2004 – 2º turno.....	76
Quadro 16 -	Eleição para prefeito em 2008 – 1º turno.....	77
Quadro 17 -	Eleição para prefeito em 2012 – 1º turno.....	78
Quadro 18 -	Eleição para prefeito em 2012 – 2º turno.....	79
Quadro 19 -	Eleição para prefeito em 2016 – 1º turno.....	83
Quadro 20 -	Eleição para prefeito em 2016 – 2º turno.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acim	–	Associação Comercial e Industrial de Maringá
Ascom	–	Assessoria de Comunicação
BNH	–	Banco Nacional da Habitação
CMNP	–	Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná
Codemar	–	Companhia de Desenvolvimento de Maringá
Cohab	–	Companhia de Habitação
CPT	–	Centro Patriótico Tiradentes
DEM	–	Democráticos
Eteplan	–	Escritório Técnico de Planejamento
INSS	–	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	–	Imposto Predial e Territorial Urbano
JP	–	João Paulino Vieira Filho
MDB	–	Movimento Democrático Brasileiro
MST	–	Movimento dos Sem Terra
PAN	–	Partido dos Aposentados da Nação
PDC	–	Partido Democrático Cristão
PDS	–	Partido Democrático Social
PDT	–	Partido Democrático Trabalhista
PFL	–	Partido da Frente Liberal
PL	–	Partido Liberal
PMDB	–	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	–	Partido da Mobilização Nacional
PP	–	Partido Progressista
PPB	–	Partido Progressista Brasileiro
PPS	–	Partido Popular Socialista
PR	–	Partido da República
PRP	–	Partido Republicano Progressista
PSB	–	Partido Socialista Brasileiro
PSC	–	Partido Social Cristão
PSD	–	Partido Social Democrático
PSDB	–	Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC	–	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	–	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	–	Partido Social Progressista
PST	–	Partido Social Trabalhista
PSTU	–	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTB	–	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	–	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	–	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	–	Partido Trabalhista Nacional
PV	–	Partido Verde
RFF	–	Rede Ferroviária Federal
Sanepar	–	Companhia de Saneamento do Paraná
Saop	–	Serviço Autárquico de Obras e Pavimentação
UDN	–	União Democrática Nacional
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá
Urbamar	–	Urbanização de Maringá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O JEITO JP DE GOVERNAR: A GÊNESE DO PROTAGONISMO DO PODER PÚBLICO.....	16
2.1	OS PROBLEMAS DO PRIMEIRO PREFEITO: INOCENTE VILLANOVA JÚNIOR.....	18
2.2	O VENDEDOR DE GALINHAS QUE VIROU PREFEITO: AMÉRICO DIAS FERRAZ.....	22
2.3	A VITÓRIA DO PROMOTOR-ADMINISTRADOR: JOÃO PAULINO VIEIRA FILHO.....	28
2.4	UM SUCESSOR POUCO POLÍTICO: LUIZ MOREIRA DE CARVALHO.....	32
2.5	O GRITO DO MDB: ADRIANO VALENTE.....	33
2.5.1	O desafio de Adriano Valente.....	38
3	MARINGÁ SEGUE MODELO DE GESTÃO CRIADO POR JOÃO PAULINO VIEIRA FILHO.....	41
3.1	NÃO DEU ZEBRA: SÍLVIO BARROS VENCEU.....	41
3.2	A VOLTA DE JOÃO PAULINO.....	43
3.3	OUTRO MÉDICO NA PREFEITURA: SAID FERREIRA.....	46
3.4	A SURPRESA DO JOVEM POLÊMICO: RICARDO BARROS.....	50
3.5	GRUPO DOS 13, UM MARCO NA COOPTAÇÃO.....	53
3.6	SAID FERREIRA DE VOLTA. RICARDO BARROS FOGE PELA JANELA....	58
3.7	EMPRESÁRIOS CRIAM O REPENSANDO MARINGÁ.....	61
3.8	O PREFEITO DO GRANDE ESCÂNDALO: JAIRO GIANOTO.....	65
3.9	PT GANHA APOIO DA ELITE: JOSÉ CLÁUDIO PREFEITO.....	67
3.10	MORTE DO PREFEITO E PT DIVIDIDO.....	71
3.11	O RETORNO DA FAMÍLIA BARROS: SÍLVIO PREFEITO.....	74
3.11.1	Projeto de poder para 20 anos.....	77
3.12	A ELEIÇÃO DO <i>POSTE</i> : CARLOS ROBERTO PUPIN.....	78
3.13	A MUDANÇA COM 40 SEGUNDOS: ULISSES MAIA	80
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	ENTREVISTAS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	91
	BIBLIOGRAFIA.....	92

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema o desenvolvimento de Maringá e o planejamento que, em pouco mais de 70 anos, transformou a área de mata virgem em um próspero município, com indicadores econômicos e sociais que apontam-no como um dos 10 melhores do Brasil em qualidade de vida. O ponto de partida para essa análise é a criação do município, em 1952, quando Maringá deixou de ser distrito de Mandaguari e elegeu o primeiro prefeito e nove vereadores.

A pesquisa situa-se no campo da história de Maringá, a partir da venda das primeiras datas (denominação dada a um lote de terra no perímetro urbano) pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CMNP).

Minha inspiração para apresentar este tema primeiramente é a história pessoal. Maringaense de nascimento, filho de pioneiros, desde criança tive interesse pela política local, quando acompanhava os comícios em cima de caminhões, a distribuição de propaganda impressa, as discussões entre cabos eleitorais nas ruas e portas de bares ou campos de futebol, ainda de terra batida, em grande número nos bairros. Ainda antes da adolescência fui engraxate de sapatos, vendedor de frutas nas ruas e de pipoca e refrigerantes no Estádio Willie Davids.

Na década de 1970 trabalhei na Prefeitura, onde fui contador da Secretaria de Expansão Econômica, antes de decidir-me pela profissão de jornalista. Já na área de imprensa, fui Diretor de Imprensa do município, em meados dos anos de 1990. Em 40 anos de contato com muitos políticos, entrevistei ou conversei com 14 dos 15 prefeitos que comandaram o Poder Executivo municipal. Só não tive a oportunidade de falar com o segundo prefeito, Américo Dias Ferraz.

Resultado de um acervo de informações coletadas na atividade profissional ou nas poucas publicações que se dedicaram a retratar Maringá desde sua fundação, esta dissertação pretende mostrar que o desenvolvimento do município é resultado das ações dos seus gestores públicos. Antes denominado gestor público, ou autoridade pública administrativa, gestor público é o “funcionário público, ocupante de cargo de carreira, ou agente de empresa estatal que pratica atos de gestão, administra negócios, bens ou serviços”¹.

¹ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario/g.html>>. Acesso em 12 jul. 2018.

Numa mudança conceitual, Gomes Filho (2005, p. 4) define os gestores públicos como servidores públicos, funcionários públicos ou simplesmente agentes públicos, profissionais que compõem a burocracia estatal.

O serviço público passa a ser conduzido como atividade de gestores públicos, operando nos seus diversos níveis de funcionamento. A visão preconceituosa de que “só o chefe é quem decide, eu só faço cumprir” é substituída pelo compartilhamento da gestão e das responsabilidades pela boa atuação da Administração Pública. Administrador e gestor são sujeitos conceitualmente distintos. Gerir é algo mais do que administrar, implicando mudanças de paradigmas conceituais, teóricos e pragmáticos. Nesse sentido, o gestor público (diretores/presidentes de autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas; prefeitos, governadores, presidente da República) não precisam temer a gestão pública, por receio de perda de poder político, mas ao contrário, devem conhecê-la e utilizá-la como forma inteligente de aumento de seu prestígio político, porque somente através dela será possível dirigir política e administrativamente um ente ou organização estatal com objetividade, racionalidade e eficiência.²

Foi o gestor público, quando ainda falava-se apenas na figura do administrador, o alicerce do crescimento econômico e do desenvolvimento social de Maringá. As características do município foram moldadas a partir de decisões de fortalecimento do poder local, com a consequente descentralização do poder estatal, provocada pela aproximação da população aos meios de execução de políticas e de tomadas de decisões em seu espaço de vivência, ou seja, o município.

Para Dowbor (2008, p. 4), o poder local “está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas”.

Canotilho (2002), por sua vez, destaca que o conceito de poder local, por seu lado, salienta a existência, ao nível das comunidades locais, de um poder que se afirma e limita o poder central, chamando a atenção para outros centros de decisão a nível territorial. É, neste sentido, uma “manifestação moderna” do princípio da separação dos poderes em sentido vertical.

É o equilíbrio entre poderes que torna possível a concretização de um poder local, onde capacitando a cidadania organizada a gerir o espaço e direcionar políticas públicas às suas reais necessidades, é facilitada a aplicação de recursos pelo poder público, que poderá investi-los prioritariamente nos problemas apontados pelos cidadãos (CANOTILHO, 2002, p. 76).

Para Santin (2010, p. 429) o exercício do poder local é “a reconstituição de espaços comunitários, capazes de recuperar a cidadania a partir do espaço local, reproduzindo identidades fora do Estado, mas legitimados por ele, os quais desencadeiam um processo de

combinação e articulação permanente entre a democracia direta de participação voluntária dos cidadãos e a democracia representativa” (SANTIN, 2010, p. 419).

O empoderamento de Maringá e sua transformação em poder local, com políticas públicas próprias voltadas ao desenvolvimento, inclusive em detrimento dos municípios vizinhos é destacado em duas seções deste trabalho. A primeira mostra as principais ações entre 1952 e 1972, quando, depois de oito anos de percalços, o primeiro mandato de João Paulino Vieira Filho (terceiro prefeito, 1961-1964) começa a consolidar o protagonismo do gestor público executivo no planejamento e desenvolvimento de Maringá. A segunda seção relata as realizações dos outros 11 prefeitos que adotaram políticas na linha implantada por JP.

O poder decisório do chefe do Executivo é demonstrado a partir de narrativas de episódios que contextualizam as ações do gestor público como essenciais para a definição do futuro de Maringá. A maior parte dessas narrativas é baseada em minhas memórias, de fatos que presenciei ou acompanhei ao longo de quase cinco décadas de interesse pela história política do município. Por isso, alguns episódios são relatados na primeira pessoa.

Vê-se em vários trechos que a pesquisa narrativa será o principal recurso metodológico utilizado nesta dissertação. Segundo Sahagoff (2015, p. 2),

O objeto de estudo da pesquisa narrativa são as histórias narradas. As pessoas precisam ser entendidas como indivíduos, que estão sempre em interação e sempre inseridas em um contexto social. Esse conjunto de termos formam um espaço tridimensional para a investigação narrativa. Experiência é um fator importante para pesquisa narrativa [...].

Dediquei minha vida profissional ao contato com autoridades e pessoas comuns, quase anônimas, que ajudaram a construir Maringá. Lavradores, comerciantes, motoristas, radialistas, funcionários públicos e outros desbravadores, todos testemunhas dos fatos mais marcantes dos 71 anos da cidade que teve o crescimento impulsionado pelo investimento de quem apostava na riqueza da terra ou dos pioneiros em busca de um lugar onde pudessem realizar o sonho de ser proprietário de uma pequena área para plantar café, o “ouro verde” das décadas de 1940 e 1950.

Ao destacar a atuação dos gestores públicos no desenvolvimento da cidade, pretendo colocar em segundo plano a “lenda” que atribui o sucesso de Maringá ao planejamento da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. O objetivo é mostrar que o município, com seus acertos e erros, é resultado direto da ação dos seus gestores públicos, das medidas políticas, econômicas e sociais adotadas por cada um dos governantes.

A ênfase dada aos que decidiram o rumo da história de Maringá é resultado de um “mosaico” de informações, montado a partir de pelo menos 100 entrevistas com os personagens que em algum momento participaram ou foram testemunhas de fatos importantes ou momentos marcantes do município. Por isso, destaco também a força do poder local, determinante para que a cidade tivesse desenvolvimento mais organizado e com índices mais elevados que de outros municípios brasileiros.

Ao fugir do planejamento central, da política dominante do governo federal, Maringá se organizou para ter em suas próprias ações um modelo próprio de organização, pelo menos no seu espaço de 487,9 km². Villasante (1988) aponta que o local é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses identificáveis que levam a indagações sobre o espaço político local, as disputas e os conflitos, sobre a memória política local e as formas de exercício do poder.

O local é, então, a singularidade, com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas e, como “objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (FISCHER, 1992, p. 107). No sentido oposto a esta ideia, alguns estudiosos da questão, como Kenich Omae e Robert Reich apontam que as dimensões escalares do espaço geográfico sofreram mudanças com as transformações econômicas, sociais e políticas impetradas pelo processo de globalização e, para estes e outros autores, tornou as escalas regional/local arcaicas.

No Brasil, os estudos sobre o poder local tomaram volume e maior qualidade somente a partir dos anos 1950, com disseminação de resultados de pesquisas de mestrado e de doutorado na Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais. Dentre estes opta-se por citar os de Carvalho (1969) e Castro (1974), que se constituem nos clássicos sobre o tema, aqueles da primeira geração, divididos em dois grupos. No primeiro deles estão os estudos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Políticos da UFMG, caracterizados por Carvalho (1969) Nos anos 90, Fischer (1992) já destacava aportes que na atualidade são fundamentais para os estudos do poder local, com a apresentação de duas vertentes principais: A primeira é a própria realidade, isto é, um cenário onde as questões de poder revelam-se concretamente no cotidiano das cidades como, por exemplo, nas cidades brasileiras, onde a discussão de planos diretores tem como pano de fundo a progressiva degradação urbana, a carência de serviços essenciais, a relativa desilusão com o poder de transformação dos movimentos sociais, o desgaste dos prefeitos por não responderem a expectativas mínimas de qualidade da vida urbana. A segunda vertente [...] é a rica reflexão propiciada pelas abordagens teóricas do poder local, que são desenvolvidas por grupos europeus (FISCHER, 1992, p. 106). Para a segunda vertente acima citada, o destaque está nos estudos desenvolvidos na França, nos anos 1970 e 1980 (Manuel Castells, Jean Lojkin, Alain Lipietz e Christian Topalov), mas que passaram a ser referência quando traduzidos para outros idiomas, centrados na escola de Sociologia urbana marxista. Neste sentido e já seguindo um histórico de vinculação com os centros de estudos franceses, a inserção de doutorandos nas linhas de pesquisa destes também fez com que, no Brasil, a produção acadêmica sobre o poder local fosse ampliada em quantidade e qualidade. Em termos de

estudos relacionados a esta vertente, mas na América Latina, a revalorização de espaços territorializados (regiões, áreas metropolitanas, municípios, distritos) tem ampliado os estudos e os debates sobre o poder local. Assim, experiências de gestão mais democráticas e a ação de movimentos sociais passaram a ser observadas, numa movimentação mais espontânea e decorrente das transformações da realidade para novas problemáticas. Neste conjunto de estudos o Brasil tem reunido trabalhos bastante diversos em razão da ampliação do leque de análise pela denominada descentralização administrativa, condicionada pela Constituição Federal de 1988. Derivam, daí, estudos atrelados às análises de políticas públicas, de movimentos sociais e participativos, da questão fiscal (descentralização, reforma tributária, papel do poder local na construção do espaço urbano), de gestão pública, identidades e interculturalidades, cotidiano e poder, participação e empoderamento, dentre outros. Como tentativa de exemplificar, apontam-se as experiências de participação na gestão pública que se multiplicaram nos anos 1990, fazendo surgir um novo modelo de administração, a administração pública participativa, que talvez seja uma das mais importantes conquistas da sociedade civil brasileira. Em trecho que ainda vale para os dias atuais, Daniel (2000) aponta que “é importante que haja um esforço conjunto de governo e comunidade para multiplicar os interessados em participar da gestão pública através, por exemplo, de conselhos” (DANIEL, 2000. p. 126) (SILVA, 2008, p. 71).

Verificamos que, em Maringá, muito antes da Constituição de 1988, denominada Constituição-Cidadã, o poder local já havia adotado características diferentes de outras regiões do Brasil. Embora ainda sem Conselhos, Associações atuantes, audiências públicas e outras formas de participação democrática, já havia sido adotado um modelo peculiar de administração, muito mais moderno e avançado, se comparado com as políticas desenvolvidas pelos governos federal e estadual. É isso que mostraremos ao longo deste trabalho.

2 O JEITO JP DE GOVERNAR: A GÊNESE DO PROTAGONISMO DO GESTOR PÚBLICO EXECUTIVO

Tarde de domingo, setembro de 1960. Na Rua Paranaguá é pequeno o movimento de moradores da Vila Sete. Barrancos com pouca grama nos dois lados da via maltratada, com muitos buracos na terra batida e poeira invadindo as casas de madeira, quase todas sem qualquer pintura. Balaústres também de madeira cercam os espaços de cada família, separando quintais onde se destacam as hortas, mangueiras, cajuzeiros, goiabeiras, laranjeiras e um ou outro galinheiro ou chiqueiro de porco.

Quase na esquina das ruas Paranaguá e Tietê, três homens conversam sentados em um formoso tronco de peroba, que já sustentou uma nobre árvore derrubada anos atrás e deixada como banco. Tornou-se o ponto de encontro para quem subia ou descia em direção à Oficial² ou às últimas casas, pouco antes do campo de futebol que separava a Vila da fazenda de café do Seu Tônico, nascido Antonio Manfrinato, na realidade o administrador e não dono do rico espaço de propriedade do Doutor Aristides Souza Melo, gerente da Companhia de Melhoramentos.

Seu Tônico era quem melhor conhecia aquela área, onde chegara em 1947, ainda antes de a CMNP começar a vender as primeiras datas da cidade. E naquele domingo de setembro, o administrador tinha um motivo especial para conversar um pouco mais, antes de voltar para a fazenda e ouvir a transmissão de algum jogo pela Rádio Bandeirantes, única emissora de fora com sinal captado pelo aparelho da Philco, com válvula que demorava para esquentar. A voz do locutor sumia e voltava, a ponto de no grito de gol ficar sempre a expectativa de qual time era. Não raras as vezes, um torcedor do Corinthians, Palmeiras, São Paulo ou Santos comemorava e depois descobria que o gol era do adversário.

Aquele dia a conversa era com um doutor, presença ilustre na Vila, que era o fim da linha, onde a cidade acabava, continuação da ainda estrada de terra que atravessava a Oficial. Mais que um doutor, um “senhor promotor”, o visitante era João Paulino Vieira Filho, que viera de Mandaguari, onde foi um representante do Ministério Público famoso e respeitado. O outro interlocutor era Luiz Pinhavel Filho, o Seu Luiz, também um dos pioneiros da Vila e um dos primeiros motoristas de ônibus da cidade. Os dois sabiam bem o quanto era dura a vida no local e reclamavam com o doutor da falta de atenção da Prefeitura. O Doutor concordava com as lamúrias e prometia:

² Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario/g.html>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Olha, Seu Tônico, isso aqui ainda vai ser um dos melhores lugares para se morar. O Senhor e o Seu Luiz nunca devem vender essas datas. Aqui ao lado ainda vai ter uma universidade, um estádio de futebol, hospital [...] Isso aqui ainda vai valorizar muito, vocês vão ver. O que precisa é ter um prefeito com mais conhecimento, mais trabalhador. Enquanto tiver gente como o Américo, Maringá não vai pra frente. Precisamos ter uma cidade feita no capricho, tudo bem organizado. Se todo mundo se juntar, Maringá vai ser o melhor lugar do Paraná, porque a terra aqui é muito boa e bem plana. O problema é que ainda não teve um prefeito com conhecimento para comandar a cidade e colocar ordem na casa.

João Paulino já falava como candidato, em busca do apoio dos moradores das vilas, onde quatro anos antes Américo Dias Ferraz vencera a eleição para prefeito, contrariando os prognósticos e desafiando a força da Companhia de Melhoramentos. Eram os últimos meses de um mandato conturbado, marcado pelo descontrole financeiro e o descompromisso do prefeito com os assuntos do município.

Figura 1 - Antonio Manfrinato



Fonte: Jornal da UEM (jun. 2009). Disponível em: <<http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2009/70-jornal-82-junho-2009/491-pioneiro-conta-a-hist-da-mais-famosa-figueira-da-uem>>

2.1 OS PROBLEMAS DO PRIMEIRO PREFEITO: INOCENTE VILLANOVA JÚNIOR

Nos quatro anos de vida do município, Inocente Villanova Júnior, primeiro prefeito, eleito em 1952, enfrentara uma implacável retaliação da Companhia de Melhoramentos, de quem decidiu cobrar impostos para viabilizar a estruturação do município. O poder da empresa começou a ser constituído quase 30 anos antes de Maringá deixar de ser distrito de Mandaguari, em 1952.

Por 8 mil réis o alqueire paulista, em 1925 a Companhia, então propriedade de um grupo inglês, comprou do Governo do Paraná uma gleba de 350.000 alqueires, que começaram a ser divididos em áreas de 600 metros quadrados (15x40 metros). Naquela época os lotes eram chamados de datas. A mesma data que antes de ser desmatada custou 60 centavos, foi vendida no processo de colonização a cerca de 100 mil cruzeiros, valor 200 mil vezes maior que o custo (DUQUE ESTRADA, 1961).

Depois de vendida a um grupo de São Paulo, a CMNP expandiu a atuação comercial e intensificou a venda de lotes. O traçado feito pelo arquiteto e urbanista Jorge Macedo Vieira - um paulista que morreu em 1978 sem jamais ter colocado os pés na cidade - atraiu compradores de todo o país, desde grandes especuladores em busca de lucro rápido até nordestinos fugindo da seca ou imigrantes desiludidos com a vida dura e a exploração dos patrões no interior de São Paulo e Minas Gerais.

Foi esse contra o poder econômico da CMNP que o primeiro prefeito lutou desde o início do mandato. Morador e desbravador da Vila Operária, dono de uma serraria bem consolidada, fama de bom administrador, Villanova assumiu a árdua missão de viabilizar uma Prefeitura sem qualquer recurso. Vereador na primeira legislatura, Jorge Ferreira Duque Estrada conta em *Terra Crua*, o primeiro livro sobre Maringá, que de Mandaguari não foi herdado sequer um lápis ou um enxadão para ajudar nos sepultamentos dos mortos (DUQUE ESTRADA, 1961).

Antônio Mário Manicardi, o Nhô Juca, primeiro funcionário da Prefeitura de Maringá, é personagem vivo do início da história do município. Ele lembra como foi dura a primeira eleição e como foi difícil para Inocente Villanova Júnior:

Era difamação para todo lado. Eu era o locutor e um dos organizadores da campanha do Villanova. Quando fomos fazer um comício na Praça das Charretes, que agora é a Napoleão Moreira da Silva, cortaram a energia elétrica e espalharam um monte de panfletos contra nosso candidato. Na volta de um comício em Floriano foi ainda pior. Um caminhão com eleitores tombou e quatro pessoas morreram na hora. Outras 38 ficaram feridas, algumas em estado grave, e o atendimento médico ainda era muito precário. (Entrevista ao autor em 1994).

Maringá tinha menos de 9 mil eleitores e mais de 2.800 não votaram. Na cidade houve uma polarização entre Valdemar Gomes da Cunha, o *Valdemar Barbudo* (UDN), e Ângelo Planas (PR). Mas Vilanova era mais forte nos sítios (localizados na zona rural) de Floresta, Paçandu, Floriano, Iguatemi, Doutor Camargo, Água Boa, Marilá e Ivatuba. O dono da madeireira venceu com uma diferença pequena, conseguida porque ganhou com folga fora da área central. A vitória foi por apenas 146 votos.

Quadro 1 - Eleição para prefeito em 1952

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Inocente Vilanova Jr	PTB	1.871	32,19%
Valdemar Gomes da Cunha	UDN	1.725	29,67%
Ângelo Planas	PR	1.707	29,37%
Raul Maurer Moletta	PSP	303	5,21%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Manicardi também lembra que a posse do primeiro prefeito foi improvisada, feita em uma concessionária de veículos na esquina das Avenidas Brasil e Paraná. E teve confusão. O primeiro presidente da Câmara foi Arlindo de Souza, que assumiu o cargo por ser o mais idoso entre os vereadores. Sem intimidade com as palavras e sem a menor ideia de como conduzir a sessão de posse, Arlindo de Souza deixou o microfone aberto para quem quisesse falar. Perdeu o controle da solenidade e muita gente foi embora irritada.

Figura 2 - Inocente Villanova Júnior na Sessão em que foi empossado prefeito – 1952



Fonte: Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 3 - Arlindo de Souza – 1º Presidente da Câmara de Vereadores de Maringá – 1952



Fonte: Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

Além de confirmar o estado de penúria nos primeiros meses da gestão Inocente Villanova, Manicardi conta que o prefeito recém-empossado recorreu ao dinheiro do próprio bolso e madeira de sua serraria para as primeiras obras.

O ex-funcionário da prefeitura foi também testemunha do conflito entre Vilanova e a Companhia de Melhoramentos. Com o município sem dinheiro, o prefeito autorizou o cadastro dos imóveis e a primeira cobrança de IPTU. Dona de mais de 5 mil datas, a Companhia não aceitou a mesma base de cálculo aplicada a outros proprietários. O prefeito conseguiu aprovar a lei na Câmara de Vereadores e passou a ser alvo de uma intensa campanha articulada pela colonizadora.

Com apoio da Associação Comercial, criada em 1953, a Companhia atacou o “homem do imposto”, Balthazar Lopes Fernandes, nomeado por Vilanova para conduzir os cálculos e a cobrança.

A luta foi assumindo proporções enormes, aparecendo Balthazar Lopes Fernandes como figura central desse drama, acusado de ser o “inimigo público nº um” do povo de Maringá, em face dos lançamentos de impostos. A Lei nº 11, que fora aprovada pela UDN, inclusive, era taxa de arbitrária, ilegal e desumana (DUQUE ESTRADA, 1961).

Antônio Mário Manicardi também conta que estava na sala de Villanova quando houve um embate entre o prefeito e o diretor-geral da Companhia, Herman Moraes de Barros, que não queria pagar os impostos das propriedades da Companhia e pediu a isenção, oferecendo em troca conservar as ruas.

O Villanova ficou muito nervoso. Deu um pontapé na mesa de aço e gritou: Vocês vão ter que pagar imposto como todo mundo. O prefeito não aguentava desaforo (SILVA et al., 2017, p. 38).

Pressionado, Inocente Villanova criou um Conselho para revisar as discrepâncias dos tributos, sem isentar a CMNP. Foi pouco para diminuir o conflito e quando Napoleão Moreira da Silva assumiu a presidência da Câmara, a colonizadora ganhou um forte aliado para tentar cassar o mandato do prefeito.

A UDN se atirou à campanha de cassação de mandato do prefeito, iniciando um inquérito administrativo contra os atos de Inocente Vilanova Júnior. Tal processo desviou as atenções do público do verdadeiro objetivo, que era a reforma substancial do Código Tributário [...] É que a UDN pretendia (como o fez), acusar o prefeito de vender à Prefeitura gasolina de seu posto e madeira de sua serraria, contrariando dispositivos da Lei 64 (Lei Orgânica dos municípios). [...] O processo de cassação do mandato de Vilanova foi acelerado ao máximo para amedrontar o prefeito que, por seu lado, ameaçava ajuizar a dívida ativa da Companhia para com os cofres municipais [...] (DUQUE ESTRADA, 1961).

A crise chegou ao auge em junho de 1954, quando os vereadores aprovaram a cassação do mandato de Inocente Villanova, por sete votos a dois. O prefeito entrou na Justiça para não ser deposto. Mais do que isso, recorreu a um método comum na política dos anos 60: os jagunços. Mais uma vez, Antonio Mario Manicardi estava lá.

O Villanova mandou atirar em quem se aproximasse da Prefeitura, porque a oposição ameaçava tirá-lo à força. Eu fui falar com o grupo e alertei que poderia acontecer uma chacina. Os organizadores do grupo desistiram, mas o médico José Mário Hauari chegou a levar um tabefe e foi expulso por um jagunço chamado Pedro, que ainda o ameaçou com um revólver (SILVA et al., 2018, p. 46).

Foi assim, entre processos, tapas e revólveres, que Inocente Villanova conseguiu chegar ao último ano de mandato. Mesmo fragilizado pelo isolamento político e com os cofres comprometidos pelo boicote ao pagamento de impostos, conseguiu construir escolas, a maioria rurais, além do Hospital Municipal, Matadouro Municipal e a Garagem da Prefeitura. Implantou o cemitério, preparou para a área para o estádio de futebol e ainda abriu estradas rurais, como a ligação entre Ivatuba e Doutor Camargo, distritos de Maringá.

Não bastasse a oposição implacável, uma fatalidade marcou o último ano da gestão de Villanova. Em fevereiro de 1956, o prefeito envolveu-se em um acidente de caminhão que provocou a morte de seis homens e uma mulher, todos operários. O jornal Diário do Paraná publicou em 9 de fevereiro de 1956 que Villanova, sua família e operários seguiam para uma fazenda do prefeito em Itaqui, em um caminhão da Prefeitura. Um dos mortos, José Acácio,

era funcionário do município. Já o jornal Diário da Tarde, de 8 de fevereiro, relatou que o prefeito é quem dirige o caminhão, a caminho da região de Paranaguá.

2.2 O VENDEDOR DE GALINHAS QUE VIROU PREFEITO: AMÉRICO DIAS FERRAZ

E foi nesse ambiente de tensão política que a oposição preparou-se para vencer a eleição de 1956. Em 1954, apesar de já ser uma força estadual, Maringá não elegeu deputado. A ordem da CMNP era fazer do candidato da UDN, Haroldo Leon Perez, o futuro prefeito. Advogado de prestígio e temido orador, era o favorito, apesar das candidaturas de Ângelo Planas (PR), outro defensor da Companhia, e do médico Gerardo Braga (PSD).

O quadro eleitoral estava praticamente desenhado, quando o inquieto Américo Dias Ferraz, rico, dono da Cafeeira Santa Luzia, da Máquina Ouro Verde e do Bar Columbia, também decidiu disputar a Prefeitura. Entre opositoristas e situacionistas, Américo viu no descontentamento da população a oportunidade para aparecer como o novo, aquele que representava um rompimento com a velha forma de fazer política.

Nascido em Guiricema, Minas Gerais, Américo chegou a Maringá em 1948, vindo do interior de São Paulo, “sem ter um gato para puxar pelo rabo”, como dizia aos amigos. Homem pouco letrado, já tinha sido vendedor de galinhas e carroceiro. Com grande tino comercial, logo viu que no Paraná o caminho do dinheiro passava pelo café, o ouro verde do norte do Estado. Sem recursos, mas com boa conversa e simpatia incomum para uma comunidade rústica, logo ganhou a confiança dos gerentes de bancos. Pegou dinheiro emprestado e abriu a Cafeeira Santa Luzia, apostando em uma grande aliada: a geada.

Figura 4 - Cafeeira Santa Luzia, onde Américo Dias Ferraz começou a aventura como comerciante de cereais



Fonte: Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

O clima não decepcionou e já em 1953 veio o primeiro prejuízo para os cafeicultores e um grande lucro para o comerciante. Com estoque que havia conseguido acumular comprando a preço baixo e com dinheiro dos outros, faturou como poucos na região. Já poderia se considerar um homem abastado e dois anos depois ficou ainda mais rico, com outra geadá.

Américo construiu a melhor casa da cidade. A esposa Maria Doná Ferraz e as filhas passaram a ter uma vida de sonhos para o padrão da sociedade ainda com costumes muito simples. Carro novo para passeio, Jipe para o trabalho, empregada doméstica. Faltava apenas o destaque social, mas isso não era desafio para o ex-vendedor de galinhas. Américo ampliou os negócios e abriu o Bar Columbia, onde usou seu dom de relações públicas para transformar o local no ponto mais chique da cidade, na Avenida Getúlio Vargas.

Com tanto sucesso, faltava a política. Em 1952 chegou a ser candidato a vereador pelo PTB, mas ficou como segundo suplente. Assumiu a cadeira na Câmara por um período curto, sem destaque. Parecia que o simpático comerciante não levava muito jeito para o Legislativo, onde sofria com tantas palavras e leis que desconhecia. A surpresa estava guardada para as eleições de 1956, segunda vez em que Maringá escolheria prefeito, vice-prefeito e vereadores.

A candidatura de Américo foi anunciada depois que os concorrentes já estavam com as alianças articuladas. Dinheiro não faltava e o comerciante de café juntou ao poder econômico um importante ingrediente popular: a música. Seu violão passou a ser instrumento de campanha, criando a imagem de violeiro, embora fosse bastante limitada a vocação artística do candidato, que tocava mal, cantava pouco, mas atraía o público.

Faltava mostrar que o homem sabia fazer mais do que comprar e vender café, beneficiar cereais ou animar rodas de bar. Meu pai, Domingos Trevizan, era motorista de caminhão e transportava café para a Santa Luzia. Ele ainda lembra os detalhes de como a candidatura do comerciante foi impulsionada. Por 3 milhões e 200 mil cruzeiros, Américo adquiriu uma possante motoniveladora Cartepilar. Avisou a Prefeitura e começou a abrir avenidas, nivelar ruas e comer poeira em cima do monstro de ferro e aço, como descreveu a Revista Maringá Ilustrada, em agosto de 1957.

Figura 5 - Américo Dias Ferraz na *patrola* que abria ruas e ganhava votos



Fonte: Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

Os adversários zombavam do comerciante, que sofria para elaborar algumas frases conexas nos comícios. Não viam na sua postura humilde qualquer possibilidade de sucesso diante dos concorrentes letrados. Na reta final, entretanto, cresceu a aceitação do violeiro e, como há muito se diz na política, quando o povo aponta para um lado não há quem possa segurar. Foi assim com Américo. O caipira do PSP ganhou a eleição com 4.200 dos 12.088 votos. Haroldo Leon Perez ficou em segundo, com 2.844 votos. Na Câmara, nenhum vereador conseguiu a reeleição, com uma impressionante renovação de 100 por cento das cadeiras.

Quadro 2 - Eleição para prefeito em 1956

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Américo Dias Ferraz	PSP	4.200	36,09%
Haroldo Leon Perez	UDN	2.844	24,43%
José Gerardo Braga	PSD	2.640	22,68%
Ângelo Planas	PR	1.648	14,16%
Otávio Periotto	PRP	305	0,26%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Vitória espetacular, mas o futuro mostraria que a derrota talvez fosse o melhor para a vida do ex-vendedor de galinhas que ficou milionário. Depois de gastar muito dinheiro na campanha eleitoral, Américo também viu seus negócios andarem para trás quando passou a dedicar mais tempo à Prefeitura. Sem geada, sem dinheiro. O preço do café caiu e os empréstimos que fez começaram a não ser pagos em dia. Tirava dinheiro de um banco para pagar outro.

A simpatia do prefeito desaparecia conforme passavam os dias do seu mandato. Além das dívidas de suas empresas, incomodava-se com a ação dos vereadores. Certa vez trocou a conversa por um revólver e invadiu a Câmara Municipal, depois de desafiado a confirmar as acusações que fizera na discussão sobre a exploração do Mercado Municipal, quando chamou

os vereadores de venais. Foi um grande tumulto, que por pouco não terminou em tiros. Meu pai define assim a personalidade de Américo:

O homem era doido. Na mesma hora que estava sorrindo, podia sacar o revólver e partir para a briga. Era bom de conversa, mas não pensava duas vezes quando era provocado. Várias vezes eu passei no escritório da cafeeira e vi o Américo atendendo com a arma em cima da mesa. Naquela época isso era comum, mas ele dançava conforme a música. Se alguém engrossasse, o troco vinha na hora.

Outro episódio de violência marcou o mandato de Américo Dias Ferraz e entrou para a história política de Maringá. Revoltado com a expropriação do Matadouro do seu cunhado, Aníbal Goulart Maia contratou dois capangas que aplicaram uma surra de chicote no prefeito, em plena manhã de sábado, véspera de Natal, dentro de uma barbearia da Praça Napoleão Moreira da Silva.

A reação foi imediata. Um grupo ensandecido, incentivado por Alfredo Custódio, caçula de uma família tradicional de fazendeiros, ateou fogo na casa de Aníbal, que tinha fama de ter algumas mortes no currículo. A mulher do “pistoleiro”, professora Dirce de Aguiar Maia, nem teve tempo de tirar alguns objetos. Fugiu desesperada, levando as crianças apenas com a roupa do corpo. Ajudada pelos amigos, foi embora para Curitiba, enquanto o marido se escondia em Campo Mourão. Em depoimento gravado na década de 1990, Dirce contou como teve a casa incendiada, no dia 24 de dezembro de 1956:

Ele deu a surra e não me deu notícia. Foi embora. Os homens chegaram e eu estava terminando de trancar a casa. Eles ficaram do outro lado da rua dizendo: cadê os granfinos do PSD que só comem presunto e usam anel de brilhante? Cadê os homens valentes, cadê os jagunços? Cadê o ninho de metralhadora? Meu irmão chegou e perguntou onde estava a arma, mas eu não tinha uma arma pra me defender. Só tinha uma faca de churrasco. Se tivesse arma eu ia pra janela e mandava bala. Como não podia reagir, fui embora rápido e eles atearam fogo na casa. Não sobrou nada.³

³ Vídeo disponível em: <<http://www.maringahistorica.com.br/2012/12/pioneira-dirce-de-aguiar-maia.html>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Figura 6 - O incêndio na casa de Américo Dias Ferraz



Fonte: Duque Estrada (1961). Foto: Acervo Maringá Histórica.

Mas a violência de um lado e de outro não amenizava os problemas do prefeito. Endividado, ele passou a ficar o dia todo na cafeeira, de onde despachava assuntos da Prefeitura e das suas empresas. Não foi o suficiente. Decidiu, então, entregar a comando do município a um preposto, o sargento Afonso Pinheiro de Camargo. A cidade transformou-se em um caos administrativo. Descrente, boa parte da população parou de pagar impostos. Funcionários municipais ficaram meses sem receber salário.

Um deles, Firmino Nora Ribeiro, meu avô, na época vigia de praça, contava que nem um vale conseguia com o sargento:

Eu procurava o sargento e ele dizia que não tinha dinheiro, que era para esperar o outro prefeito, mas ainda faltava muito tempo para a eleição. Muita gente da Prefeitura colocou a família para pedir comida nas casas, porque não tinha sequer arroz. O Américo sumiu e não adiantava ir na Santa Luzia porque ele não atendia. Lá tinha fila de cobradores, muitos iam armados ameaçar o prefeito, mas não adiantava.

O último ano do mandato foi melancólico, com Américo licenciado e o município comandado pelo presidente da Câmara de Vereadores, Alceu Hauari. Apesar da terrível crise e o descontrole político e administrativo, a gestão de Américo Dias Ferraz ainda conseguiu deixar algumas marcas, como a fonte luminosa da Praça Raposo Tavares, algumas cancelas nas passagens de nível da linha férrea e a criação das subprefeituras de Floresta e Ivatuba. Comprou dois carros-pipas, uma motoniveladora e construiu oito escolas de madeira. Criou o Corpo de Bombeiros e iniciou a construção da estação rodoviária. Também começou a construir o Mercado Municipal e criou a Pedreira Municipal.

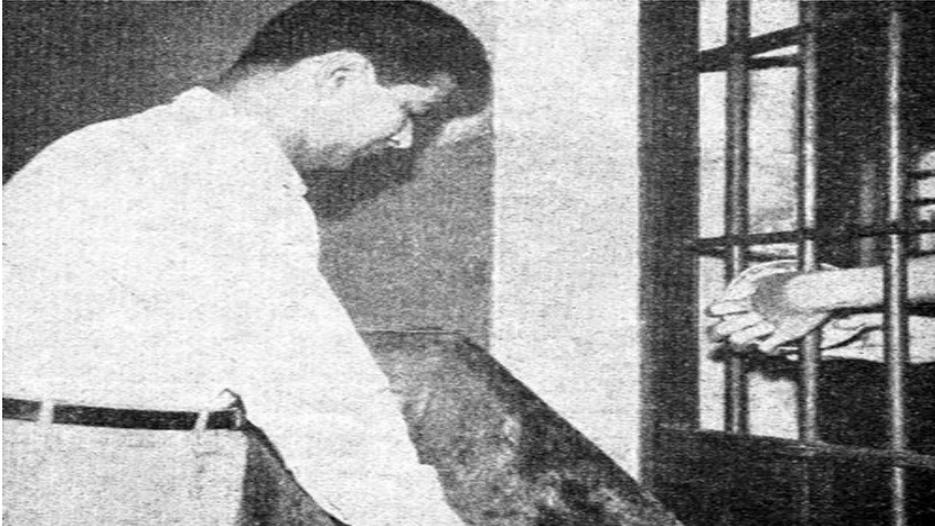
A gestão acabou mal, mas o término do suplício na vida pública não foi o fim do drama do violeiro, caipira que ficara rico e viu o dinheiro desaparecer, mas ainda passaria por fortes emoções. Sem mandato e com muitas dívidas, Américo anoiteceu e não amanheceu na cidade. Fugiu com a família para o Estado de São Paulo, deixando para trás muitas histórias e uma lista de credores enfurecidos. E não acabaria assim a história pessoal do personagem mais excêntrico da política maringaense.

Com o pouco de dinheiro que ainda tinha, Américo voltou a usar de sua boa conversa de comerciante para investir em um novo negócio. Em 1961 abriu uma revendedora da Simca do Brasil, marca de carro bastante cobiçado pelos ricos da época.

Na manhã de 24 de julho de 1962, sem receber os carros prometidos para exposição em sua loja, Américo discutiu com o diretor de vendas da Simca, o francês René Jean Roig, dentro do escritório da empresa, em São Bernardo do Campo. O ex-prefeito sacou um revólver 38 e disparou três vezes. Roig teve morte instantânea e Américo ficou sentado e esperou a polícia.

Condenado a 14 anos de prisão, o ex-prefeito cumpriu cinco. Depois mudou-se para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde voltou a ser comerciante. Nos anos 70 abriu uma churrascaria. Fazia uma festa quando descobria que um cliente era de Maringá. Contava que além do restaurante tinha também duas fazendas de gado, mas não convencia muita gente sobre as suas posses. Sempre dizia que gostaria de ser enterrado na cidade onde fora prefeito. Teve o seu desejo atendido. Morreu de ataque cardíaco, aos 62 anos, no dia 15 de janeiro de 1983 e foi sepultado no cemitério municipal.

Figura 7 - Américo Dias Ferraz servindo comida aos companheiros de cadeia, quando ficou preso em São Bernardo do Campo



Fonte: Revista Norte do Paraná (jul. 1963, p. 50).⁴

2.3 A VITÓRIA DO PROMOTOR-ADMINISTRADOR: JOÃO PAULINO VIEIRA FILHO

O insucesso do prefeito dos pobres, como Américo era visto, deixou o caminho aberto para que a elite comandada pela Companhia de Melhoramentos e pela Associação Comercial viabilizasse uma candidatura com grande chance de vitória.

O nome escolhido foi o de João Paulino Vieira Filho. Com trânsito fácil entre os empresários, fazendeiros e a CMNP, JP era visto como um político que reunia competência, seriedade e liderança. Do PSD, aliado do governador Moyses Lupion, conseguiu atrair o apoio de outros partidos, como PRP, PR, PTN e PDC, que não lançaram candidatos.

O discurso do promotor era mais técnico do que político. As promessas feitas ao Seu Luiz e ao Seu Tônico, na Vila Sete, foram repetidas em toda a cidade. João Paulo falava como modernizaria a cidade, substituiria o barro vermelho pelo asfalto e garantiria um crescimento humanizado, com melhores condições de vida para a população que crescia rapidamente, mas sofria com a falta de atendimento básico, principalmente na saúde, transporte e iluminação pública.

⁴ Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 8 - João Paulino (ao centro) na campanha para prefeito, em 1960



Fonte: Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

Mas não foi fácil. Mesmo sem a ameaça de candidatos populistas, a disputa foi acirrada entre João Paulino e o udenista Vanor Henrique. JP venceu com uma diferença de pouco mais de 300 votos. Pela primeira vez um candidato vencedor conseguiu eleger também a maioria dos vereadores.

Quadro 3 - Eleição para prefeito em 1960

Candidato	Partido	Votos	Percentual
João Paulino Vieira Filho	PSD	5.812	43,44%
Vanor Henrique	UDN	5.485	41,02%
Jorge F. Duque Estrada	PST	2.080	15,54%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

“*Paga o homem*”. Assim reagiu João Paulo ao receber o pedido do *Seu Firmino* para que a Prefeitura pagasse os salários atrasados. O vigia de praça, desiludido e sem dinheiro, já tinha mudado para Jussara e só voltou para receber quando soube que o novo prefeito estava pagando as dívidas acumuladas pelo antecessor. Alguns servidores foram embora para bem longe e nunca mais voltaram. Desistiram do crédito e de Maringá.

Um plano bem definido de João Paulino era o investimento em infraestrutura. A meta de organizar a cidade em quatro anos exigia mais profissionalismo na Prefeitura. JP contratou consultores de São Paulo para colaborar na criação de uma estrutura administrativa eficiente e exigiu o aperfeiçoamento do funcionalismo. O próprio prefeito contou essa experiência em conversa que tive com ele, em 1978:

Menino, se você quiser aprender bem seu ofício vai ter de estudar muito e aprender com especialistas. Na primeira vez que fui prefeito eu trouxe gente de São Paulo para ensinar os barnabés a trabalhar. Contador tem de entender não apenas de

lançamentos, de débito e crédito. Precisa conhecer também orçamento e planejamento, além de exigir que tudo seja feito dentro do prazo. Tem de acabar com essa história de que em prefeitura tudo é demorado.

Esse jeito intransigente de administrar não se limitava aos funcionários do município. Intimidados, os empresários e proprietários de imóveis voltaram a pagar impostos e JP começou a se livrar das dívidas deixadas por Américo Dias Ferraz. O datilógrafo Antônio Nora Ribeiro, um dos primeiros funcionários da Prefeitura, passava o dia preenchendo recibos de pagamentos a credores, enquanto o prefeito começava a planejar investimentos. Buscou dinheiro do Governo do Estado e bateu às portas da Companhia de Melhoramentos e da Associação Comercial.

Com essa condição favorável, João Paulino começou a fase de grandes obras em Maringá. Obcecado por asfalto, ficou famoso por levantar de madrugada e vistoriar as obras nas ruas e avenidas. Fez isso na Avenida Paraná, e no Viaduto do Café, na Avenida São Paulo, com o trem passando por cima e os carros por baixo. Frequentemente aparecia para ver construções no Maringá Velho, Vila Operária ou Vila Sete. Dizia que não queria ver crianças amassando barro para estudar e nem carros atolados.

As contas da Prefeitura foram controladas com extremo rigor e não faltou dinheiro para grandes investimentos. João Paulino fez 370 mil metros quadrados de pavimentação em quatro anos, um número extraordinário para a época. Também concluiu a rodoviária, implantou a Biblioteca Municipal, criou a Pedreira Municipal e a fábrica de tubos que viabilizou as galerias de águas pluviais.⁵

JP também investiu em saneamento básico, algo pouco comum em cidades do interior na década de 60. Gostava de ressaltar a importância da água tratada e da rede de esgoto para a saúde da população. Por isso criou a Codemar, empresa de economia mista, que começaria a rede de água tratada e de esgoto na cidade.

Com mão-de-ferro e autoridade ímpar, o prefeito transformou-se em grande líder político, a ponto de exigir a eleição de dois deputados nas eleições de 1962. Em vários comícios, JP convocou a população a votar em Túlio Vargas para deputado estadual e Renato Celidônio para federal. O argumento era direto: se os dois não fossem eleitos, ele renunciaria à Prefeitura. Os aliados se elegeram com folga e JP continuou prefeito.

Outra paixão do prefeito era o futebol. Apostou na paixão do povo pelo esporte para popularizar sua imagem. Arrojado, construiu a arquibancada descoberta do Estádio Willie Davids, toda de concreto. Orgulhava-se da obra e ainda sonhava com a conclusão do outro

⁵ Fonte: Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

lado, onde foi feita uma arquibancada de madeira, com cobertura de zinco. No seu mandato ajudou o Grêmio Esportivo Maringá a crescer e ser bicampeão paranaense, em 1963 e 1964, sempre com o estádio lotado. Reunia empresários, fazia lista de contribuições e convocava torcedores para os jogos. Poucos eram os fornecedores ou prestadores de serviços da Prefeitura que escapavam da caixinha organizada pelo prefeito. Com dinheiro, o Grêmio contratava bons jogadores e os títulos fizeram de JP um ídolo do torcedor.

Na hora de torcer o prefeito também não pensava duas vezes antes de recorrer a qualquer subterfúgio para beneficiar o Grêmio. Na decisão do campeonato do Norte, que daria direito ao vencedor de disputar a final contra o campeão do Sul, quase sempre um time grande de Curitiba, João Paulino simplesmente abriu o portão do alambrado para pressionar o juiz.

O episódio foi contado em conversa que tive, em fevereiro de 1997, com o Comendador Serafim Meneghel, usineiro muito rico, dono do União, time de Bandeirantes, no norte do Estado:

Em 63 nós estávamos ganhando o jogo por 2 a 0. No intervalo o João Paulino abriu o alambrado e entregou o cadeado fechado para o juiz. No segundo tempo teve gol de mão, de falta que não foi... Perdemos por 4 a 2. O Grêmio foi campeão paranaense e eu nunca perdoei Maringá por isso. Até hoje não gosto da sua cidade.

Era o jeito JP de governar. Havia mais do que competência administrativa. De baixa estatura e voz grave, o prefeito era sinônimo de autoritarismo. Assim como era respeitado, também era temido pelos servidores. Poucos ousavam descumprir suas ordens. Era formalmente simpático com aqueles que considerava merecedores de ajuda e sabia como poucos entender as necessidades da população e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Por outro lado, praticamente ignorava a política da Câmara de Vereadores, a ponto de realizar obras em bairros sem ouvir qualquer aliado. Em uma dessas decisões, mandou alinhar as sepulturas do cemitério, criando “quadras” e “ruas”, provocando uma revolta silenciosa dos parentes dos mortos, que não gostaram de ver as covas sendo remexidas.

João Paulino só não teve problemas nas votações do Legislativo porque fez uma boa gestão e quem estava ao lado dele tirou proveito político do alto índice de aprovação da administração. Nos quatro anos do mandato, organizou a prefeitura de tal forma que serviu de modelo até para empresas de donos com muito tino comercial e pouco conhecimento administrativo.

2.4 UM SUCESSOR POUCO POLÍTICO: LUIZ MOREIRA DE CARVALHO

Com grande popularidade, não foi difícil para o ex-promotor de Justiça eleger o sucessor. O escolhido foi o médico Luiz Moreira de Carvalho, um mineiro que estudou em Curitiba e aventurou-se primeiro em Marilândia e depois em Maringá, onde chegou em 1949. Não gostava de política, a ponto de dizer que nem se lembrava em quem havia votado na eleição para o primeiro prefeito do município. Foi um dos fundadores da Sociedade Médica e a pedido de Ângelo Planas foi candidato a vereador, em 1952. Não fez campanha, limitando-se a eventualmente pedir voto aos pacientes do consultório no Maringá Velho. Não se elegeu.

Em 1956 repetiu a experiência, sempre a pedido dos amigos para ajudar o grupo político. Mais conhecido e com um respeitável número de pacientes, elegeu-se vereador e ainda foi reeleito em 1960. O fato de ser pouco afeito à rotina política ainda o ajudou a ser presidente da Câmara Municipal nos anos de 1960 e 1961. Discreto, respeitado e nada polêmico, Luiz Moreira de Carvalho era o aliado ideal para João Paulino. Perfeito para ser o candidato à sucessão. E assim aconteceu em 1964. Sob as asas de JP, Carvalho foi candidato pelo PDC e derrotou o advogado Adriano José Valente, da UDN, em eleição tranquila e sem surpresa. Teve mais de 60% dos votos.

Quadro 4 - Eleição para prefeito em 1964

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Luiz Moreira de Carvalho	PDC	7.680	60,5%
Adriano José Valente	UDN	5.005	39,5%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Fortemente influenciado pelo antecessor, teve uma gestão tão discreta quanto ele. Não foi um tocador de obras, mas não deixou de seguir a linha de João Paulino. Manteve a cidade bem cuidada e urbanizou praças, como a José Bonifácio, a Rocha Pombo e a Emiliano Pernetá.

Também foi Luiz de Carvalho quem construiu a rodoviária de Iguatemi, criou a Cohab ampliou o Albergue Noturno, melhorou as condições das estradas rurais do município e teve forte participação no movimento político que conseguiu o asfaltamento das rodovias Maringá-Campo Mourão, Maringá-Paranavaí e Maringá-Umuarama.

2.5 O GRITO DO MDB: ADRIANO VALENTE

Mas se a discrição de Carvalho foi boa para manter JP com forte influência na Prefeitura, o mesmo não se pode dizer quanto ao custo eleitoral. Eleito deputado federal em 1966, João Paulino esperava voltar facilmente à Prefeitura. Foi candidato em 1968, tendo como principal adversário o mesmo Adriano Valente derrotado em 1964. A cidade era bem conduzida, mas eleição não se ganha apenas com boa administração.

Na campanha de 68, João Paulino apostou apenas na continuidade do modelo que iniciara em 1961. Até usou o futebol como arma de campanha, alertando que se Adriano Valente ganhasse a eleição, o Grêmio acabaria. O *jingle* cantado em comícios e repetidos nos alto-falantes dos jipes que percorriam as ruas da cidade era todo voltado ao continuísmo. A letra permanece viva até hoje na minha memória, tantas as vezes que a ouvi nos comícios ou na cantoria dos cabos eleitorais que frequentavam os lugares mais movimentados da cidade.

*Pra que mudar, se está tão bom assim
Trabalho, trabalho, trabalho e sucesso.
Pra que mudar, se está tão bom assim,
Todo está vendo o nosso progresso.
Quanta coisa boa ele fez,
Você se lembra, eu me lembro...
Vamos com ele outra vez
No dia 15 de novembro.*

Mas a oposição descobriu logo no início da campanha que a crítica não deveria ser à administração e sim ao grupo político liderado por João Paulino. A resposta também veio em forma de música:

*Volta pra Brasília, deputado
Que o povo já está preocupado.
Volta pra Brasília, deputado
O povo não quer ser abandonado.*

Mais do que mostrar que JP havia sido eleito para lutar por recursos em Brasília, a oposição sentiu a crescente rejeição ao regime militar e apostou na briga Arena x MDB. JP foi deixado de lado para que a disputa fosse entre os dois partidos, um a cara do governo da ditadura e o outro a resistência. A estratégia começou a surtir efeitos a partir do boca-a-boca. Adriano Valente tinha cabos eleitorais mais espalhafatosos e barulhentos. Um deles, José Gonçalves Sobrinho, o Zelão, morava na Rua Tietê, onde nasci e passei minha infância. Mesmo endereço onde ainda vivem meus pais. Nordestino vendedor de chinelos de couro,

Zelão passava o dia agitando a campanha nas ruas. Com quase nenhum estudo, foi o criador da frase que marcou a disputa de 1968: “*Essa não deu Arena*”.

Mas a atuação do cabo eleitoral não ficava apenas nas palavras e nos gritos. Às vezes também era mostrada na força dos braços. Certa vez praticamente destruiu um bar na Rua Paranaguá durante uma briga em que, sozinho, enfrentou três homens. Foram bolas de sinuca, copos, garrafas e banquinhos para todo lado. Não sobrou um vidro inteiro. Tudo por causa de uma discussão sobre política.

Até hoje também é lembrado o “encontro” entre Zelão e Catana, índio forte feito um touro, acostumado a levantar com os dentes um banquinho de bar (aqueles redondos, com pés de metal), com um moleque sentado em cima. Em uma tarde de campanha, Zelão tomava cachaça na esquina da Oficial e descia até o Bar do *Seu* Antônio Pereira, na esquina das Ruas Paranaguá e Tietê. Bem na porta, gritava a todo fôlego: “*Essa não deeeuuuuuuu Arenaaaaaa*”. Foram duas, três, quatro vezes e *Seu* Antônio já não aguentava mais.

Foi quando chegou Catana, também eleitor de João Paulino, a quem o dono do bar pediu ajuda. Catana chamou Zelão e foram para debaixo de uma árvore para “se entenderem”. Rapidamente juntou uma molecada para assistir, eu no meio da turma. Tinha tudo para ser a “luta do século”, como os jornais da época anunciavam os combates de Cassius Clay, convertido Muhammad Ali, o famoso campeão mundial de boxe.

Com voz rouca, forte, Zelão desandou a falar. De longe, a molecada mal podia ouvir. Foram alguns minutos de “conversa”, com o cabo eleitoral de dedo em riste, alterado, enquanto Catana apenas ajeitava os longos cabelos pretos que desciam sobre os ombros. E nada de briga, para decepção do público. A certa altura, Zelão deu um empurrão no índio, virou as costas e foi embora. Catana entrou no bar e pediu uma cachaça. *Seu* Antônio perguntou: “*E aí, Catana, deu um jeito no homem?*”. A resposta foi curta e grossa: “*É, Seu Antônio, acho que não vai dar para a Arena mesmo não*”.

Irmão de Severino Gonçalves Primo, o Compadre Bilô, este mais politizado e influente, Zelão era literalmente a voz do MDB nos bairros. Comandante da “Rádio Peão”, rodava a cidade xingando João Paulino por ter, segundo ele, “*mexido no campo santo*”. Além de explicar o porquê de querer voltar de Brasília antes do final do mandato, JP ainda teve de enfrentar a “maldição dos mortos sagrados”.

Maldição à parte, o ambiente político em Maringá não retratava o quadro de outras cidades do interior. Após o golpe militar de 64, começou a nascer na cidade uma oposição silenciosa, mas efetiva. O MDB ganhou força como única opção dos descontentes com a ditadura, arrebatando eleitores da periferia e da elite dividida. Perseguidos pelo regime

militar, os sindicatos, como o dos Carregadores e Arrumadores de Cargas, mais conhecido como o Sindicato dos Saqueiros, não conseguiam mais articular movimentos em defesa dos trabalhadores. A estratégia mudou e as ações passaram a ser coordenadas por grupos clandestinos.

Os gritos de Zelão apenas ecoavam o trabalho sorrateiro da “Organização”. Sobre esse movimento, é importante transcrever recente artigo do Professor Laércio Souto Maior, um dos principais opositoristas dos prefeitos da década de 1960, publicado no Jornal O Fato Mandacaru, na edição de abril de 2018.

Na década de 60, inspirada nas associações comunitárias organizadas pelo Partido Comunista da Espanha, nas cidades rebeldes, como resistência pacífica à ditadura fascista de Francisco Franco, surgia em Maringá a primeira associação de moradores. A iniciativa partiu da “Organização”, que foi um grupo de guerrilha urbana surgido em Maringá com o intuito de estruturar um polo de resistência ao regime militar na cidade e em toda a região noroeste do Paraná, aspirando apoiar o sonhado levante nacional, que seria liderado pelo governador Leonel Brizola.

A “Organização” atuava a todo vapor na frente legal, organizando na periferia do município o movimento de associações de moradores e fundando o Centro Cultural de Maringá. Paralelamente, desenvolvia ações clandestinas como a pichação da área central da cidade, com palavras de ordem contra o regime militar; a ação de deslocamento do perseguido líder estudante Vitorio Sorotiuk (Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR) da residência onde estava escondido, na área central, para um local seguro nos arredores da Cidade Canção; montagem de “aparelhos” para abrigar companheiros de outras regiões do país; marcha e treinamento de tiro ao alvo.

Naquela conjuntura, as associações de bairros e vilas substituíram os sindicatos, duramente reprimidos e perseguidos pela Ditadura. Por não ser considerado um desafio ao regime militar, o trabalho efetuado pelas lideranças das associações de bairros escapou do controle das autoridades civis e militares sediadas em Maringá.

Assim, conseguiu expandir-se e tornou-se um elo entre o povo trabalhador e a prefeitura, levando as reivindicações dos moradores, através de abaixo-assinados endereçados ao prefeito e vereadores das suas demandas, como coleta de lixo, iluminação pública, limpeza das ruas, creches, escolas e alimentação para as crianças. Continua Souto Maior:

A “Organização” indicava companheiros trabalhadores, respeitados, de reconhecida capacidade e liderança junto à comunidade, para compor as diretorias das associações de bairros.

Historicamente, a primeira associação de bairro em Maringá foi fundada pela “Organização”, em setembro de 1967, na Vila Santa Isabel, próxima ao bairro do Mandacaru. Posteriormente, no decorrer do tempo, surgiram nos subúrbios da cidade as associações de bairro da Vila Sete, Aeroporto, Mandacaru, Vila Vardelina e Vila Santa Felicidade (antiga Profilurb).

As duas mais aguerridas, onde ocorreram confrontos com as autoridades municipais, foram a da Vila Vardelina, onde os moradores eram enxotados durante o dia de suas casas pelos guardas da prefeitura e, depois de orientados e apoiados pela “Organização”, retornavam à noite com seus pertences, ocupando novamente o terreno onde residiam há anos como posseiros.

Na outra área de atrito com a prefeitura, o presidente da Associação de Bairro da Vila Santa Felicidade, senhor Adalmiro Quadrado, o popular Gauchinho, conhecido

Figura 9 - Laércio Souto Maior comandava a “Organização”



Fonte: arquivo de O Diário do Norte do Paraná (1975).

militante da esquerda maringaense, confrontava e não dava sossego nem trégua ao prefeito da época, denunciando à opinião pública o descaso como os humildes moradores eram tratados pela prefeitura, que não atendia as justas reivindicações e demandas da pequena população que residia naquele local abandonado da cidade.

Laércio Souto Maior era casado com uma parente de Zelão e Compadre Bilô. Também morava na Rua Tietê, na Vila Sete, e articulou a “Organização” com reuniões noturnas no Grupo Escolar Santa Maria Goreti. Chegou a ser preso, acusado de ser comunista, embora nunca o tenha sido. Era, na realidade, um brizolista convicto, assim como seus amigos que também foram levados para uma temporada na prisão, entre eles a Dona Iranides, inspetora do Grupo Escolar, que teve a filha adolescente sequestrada por agentes do governo para ser interrogada sobre as atividades da mãe.

A ação assustou moradores do bairro, que viram na prisão a descoberta de um grupo comunista que ameaçava a ordem. Os filhos dos simpatizantes da ditadura foram proibidos de se aproximar do Professor Laércio, Professor Zezinho, Dona Iranides e outros “suspeitos”. Um grupo de fiéis da Paróquia Santa Maria Goreti organizou uma novena contra os

comunistas, com oração nas casas. Na igreja o padre Raimund Le Goff, um francês que teve o nome simplificado para Padre Raimundo, não queria saber de reza contra ou a favor do governo. Estava mais preocupado com suas missas cantadas e as festas que garantiam dinheiro para a construção de uma igreja nova.

Com essa ação sorrateira da oposição, tudo na base do “grito”, Adriano Valente encontrou um ambiente propício para romper a continuidade do grupo de João Paulino na Prefeitura. Nas urnas, o candidato do MDB venceu com mais de 19 mil votos. Nem a soma das duas legendas salvou a Arena.

Quadro 5 - Eleição para prefeito em 1968

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Adriano Valente	MDB	19.471	55,75%
João Paulino	Arena I	14.415	41,27%
Ardinal Ribas	Arena II	1.044	2,98%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Vale destacar que, além da ação política orquestrada quase na clandestinidade, um crime brutal também fez a população ficar mais revoltada com o autoritarismo espalhado pelo governo militar. Em 23 de novembro de 1967, um menino de 15 anos, Clodimar Pedrosa Lô, foi espancado até a morte dentro da cadeia de Maringá. Os assassinos, soldados Manoel Gerson Maia e Beneval Merêncio Bezerra, teriam atendido ao pedido de Atílio Farris, gerente do Palace Hotel, onde Clodimar trabalhava como porteiro. Farris acusara o menino de ter roubado o dinheiro de um dos hóspedes, o que depois ficou provado que não aconteceu.

O caso ganhou repercussão nacional e foi reportado no programa “Aconteceu”, maior audiência de rádio no Brasil. Antes de ser sepultado, o corpo de Clodimar foi levado para Curitiba, onde um grupo de maringaenses cobrou do governador Paulo Pimentel o fim do autoritarismo e da impunidade.

A sede de vingança que remoía boa parte da população foi saciada quase três anos depois. Clodimar morava com a família do tio, Oésio de Araújo Pedrosa, numa casa de madeira na Rua Osvaldo Cruz, na Vila Sete, onde aconteceu o velório. O pai, Sebastião, veio do Ceará para vingar sua morte. Por mais de dois anos, trabalhou de casa em casa, cobrando a conta de água dos moradores do bairro.

Em 15 de outubro de 1970, Sebastião encerrou um longo período de tocaia e matou Atílio com sete tiros à queima-roupa, à luz do dia, em plena Avenida Brasil. Defendido pelo

jovem advogado Eli Pereira Diniz, o pai de Clodimar enfrentou três julgamentos do Júri Popular, até ser definitivamente absolvido, em 17 de outubro de 1972.

O caso provocou mais um fato político depois da absolvição de Sebastião. A atuação na defesa garantiu a Eli Diniz o maior percentual de votos já conseguido por um candidato a vereador. Pelo MDB, o advogado teve 3.995 votos de um universo de 46.737 eleitores.

2.5.1 O desafio de Adriano Valente

Favorecido pela insatisfação do eleitor com o regime militar, representado na eleição pela Arena, Adriano ainda teve a ajuda de ex-companheiros da UDN que se acomodaram no partido do governo, mas não aceitavam apoiar o ex-peessedista JP, tradicional adversário dos udenistas. Embora em siglas diferentes, o apoio ao emedebista foi explícito. A vitória significava, então, o compromisso de cumprir um programa de governo que ultrapassava o discurso do MDB.

Empossado, o maior desafio de Adriano Valente era promover mudanças sociais, com maior atenção aos pobres, mas sem desprezar o planejamento que JP e Luiz Moreira de Carvalho implantaram em oito anos. O prefeito criou, então, o Eteplan, um escritório de planejamento comandado por Vicente Queiroga, arquiteto com ideias modernas e arrojadas, que Adriano conheceu no Rio de Janeiro.

O escritório reuniu novos talentos, com jovens maringaenses recém-graduados em Arquitetura, Engenharia, Direito e Administração. Lá foram criados projetos estruturantes para o futuro de Maringá. Nas pranchetas foram traçados os projetos do Parque de Exposições, Parque do Ingá e o principal deles, o da Universidade Estadual de Maringá.

O governador Paulo Pimentel não queria criar a UEM e preferia ter em Londrina a Universidade do Norte, com extensão em Maringá. Apoiado por um grupo de intelectuais e empresários, o prefeito não aceitou a decisão e mobilizou a região para pressionar o governo. A resistência de Paulo Pimentel foi minada num episódio inusitado. Adriano foi a Curitiba e cruzou o carro oficial, um Ford Galaxie preto, no portão da casa do governador, impedindo-o de sair para trabalhar no Palácio do Iguçu. Pimentel se espantou com a atitude e rendeu-se ao pedido dos maringaenses. Ainda sob forte pressão política, assinou o decreto criando a UEM, que ocuparia a fazenda do Doutor Aristides, onde *Seu Tunico* cuidava da plantação de café. O administrador ainda continuou na terra por mais alguns anos, como funcionário da Prefeitura. Já o dono pegou o dinheiro da desapropriação e foi embora de Maringá.

Figura 10 - Adriano Valente, na frente da Biblioteca Central da UEM



Fonte: arquivo da família de Adriano Valente.

Além de viabilizar a universidade e o Parque de Exposições, que a Companhia de Melhoramentos relutou em doar o terreno, Adriano Valente também viabilizou muitas obras. Começou a construção do campus, criou o Parque do Ingá, retirou os paralelepípedos e asfaltou as Avenidas Brasil e Getúlio Vargas. Também iniciou a construção do Paço Municipal, pavimentou 375.130 metros quadrados de ruas e avenidas, implantou 20.665 metros lineares de galerias de águas pluviais e ainda ajardinou várias praças. Só conseguiu esse resultado administrativo porque, embora eleito por um partido de oposição, abriu canal de diálogo com os governos estadual e federal.

Embora com ideias diferentes, Adriano Valente não deixou de continuar projetos importantes que herdou dos oito anos em que o grupo de João Paulino esteve à frente da Prefeitura. Apostou, por exemplo, na ampliação da rede de água tratada e investiu na Codemar, a ponto de usar um método pouco amigável para obrigar os moradores a aderir ao sistema.

Uma forte campanha nas rádios e nos jornais começou a alertar a população para os males provocados pela ameba. Antonio Paulo Pucca, narrador esportivo de maior audiência na região, avisava durante os jogos:

Água de poço não é boa para a sua saúde, é boa para a ameba, que ataca seu organismo e te deixa doente. Você precisa de água tratada, você precisa de água da Codemar. A prefeitura parcela o pagamento. Pense na sua família.

Se a propaganda não convencia, entravam em campo os funcionários da Prefeitura. Por ordem de Marco Antônio Lourenço Corrêa, presidente da Codemar e influente político do grupo do prefeito, os fiscais passavam nas casas avisando que em 30 dias todos deveriam pedir a ligação. Passado o prazo, voltavam e inutilizavam os poços despejando galões de creolina.

Virou rotina nos bairros os pedidos de ajuda daqueles que não tinham dinheiro para a instalação e ficaram sem a água tirada em latas puxadas por cordas, nos sarilhos de madeira que eram equipamentos obrigatórios, geralmente instalados próximo às áreas de serviço. As cacimbas férteis, onde a água nascia em profusão com apenas quatro ou cinco metros de profundidade, passaram a ser um estorvo nos quintais.

Ficou, ainda, mais uma marca negativa para quem pretendia ser um grande líder popular. Na gestão de Adriano Valente, como JP alertou na campanha, o Grêmio Esportivo Maringá fechou as portas e deixou milhares de torcedores órfãos. Em 1969 o Galo do Norte foi campeão da segunda divisão do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, a segunda competição em importância nacional, mas em 1970 sucumbiu às dívidas e despediu-se definitivamente do mundo esportivo numa tarde de domingo, em jogo contra o Jandaia Esporte Clube. A “morte” já havia sido antecipada na semana anterior. O mesmo Antônio Paulo Pucca do alerta contra a ameba, explicou na Rádio Cultura que sem a ajuda da Prefeitura o Grêmio acumulou tantas dívidas que era obrigado a sair de campo.

Houve ainda uma tentativa, intermediada pelo prefeito, de criar outro clube de futebol. O Vale Azul Iate Clube, de caráter apenas social, passou a ser o Maringá Esporte Clube. O novo time foi lançado em 1971 e nunca caiu no gosto do torcedor. Também endividado, acabou em 1974, sem deixar saudade.

3 MARINGÁ SEGUE MODELO DE GESTÃO CRIADO POR JOÃO PAULINO VIEIRA FILHO

3.1 NÃO DEU ZEBRA: SÍLVIO BARROS VENCEU

Apesar da truculência com os moradores no caso da água e o fracasso no futebol, a gestão de Adriano Valente deixou um importante legado político, favorecendo o MDB em mais uma eleição. Em 1972, o partido não teve muita dificuldade para eleger o deputado federal Sílvio Magalhães Barros, engenheiro que fora vereador e deputado estadual. Com profundas raízes com a Associação Comercial e Industrial, Sílvio era comerciante e genro de Odwaldo Bueno Neto, fundador e ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM). Não era, portanto, um opositor próximo aos moradores da periferia.

Um fator preponderante embalou a campanha do candidato do MDB. Insatisfeito com a candidatura de Marco Antonio Lourenço Corrêa, pela Arena, João Paulino apoiou Sílvio Barros. Ficou fácil e praticamente não houve disputa e sim uma homologação do nome do engenheiro que tinha a simpatia da elite empresarial e das famílias mais tradicionais da cidade. Sílvio venceu sem dificuldade chegando a mais de 65% dos votos, deixando para trás, além de Marco Antonio Lourenço, também o empresário Egídio Asmann, da Arena.

Figura 11 - Sílvio Barros manteve o MDB à frente da Prefeitura



Fonte: Documentos do Patrimônio Histórico de Maringá; Secretaria Municipal de Cultura.

Quadro 6 - Eleição para prefeito em 1972

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Sílvio Barros	MDB	29.218	65,4%
Egídio Asmann	Arena I	8.273	18,5%
Marco A. Lourenço	Arena II	7.198	16,1%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Nessa eleição ocorreu mais um episódio pitoresco, que serviu de combustível para o MDB e o incansável Zelão. O mote de campanha de Asmann era o “vai dar zebra”. Foi o que restou diante do franco favoritismo e da tradição política de Sílvio Barros. Em versão nunca comprovada, os emedebistas espalharam pela cidade que Asmann havia pintado um jumento com listras brancas e pretas para desfilar como se fosse zebra. A experiência não era novidade, mas o animal teria morrido por causa da toxicidade da tinta utilizada. Com ou sem a falsa zebra, faltou voto para o dono da tradicional Casa Gaúcha, que vendia armas na Avenida Paraná.

O amplo apoio deixou para Sílvio Barros a responsabilidade de atender a elite e não abandonar as melhorias nos bairros. O prefeito notabilizou-se como um tocador de obras, respaldado pela profissão de engenheiro. Beneficiado pelo grande volume de recursos repassados pelo governo para os municípios, geralmente a fundo perdido, teve condições de aumentar consideravelmente os investimentos de obras estruturais. Com dinheiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), ampliou a rede coleta de esgoto na área central. Os emissários jogavam o esgoto nas lagoas de estabilização da Zona Sul.

Silvio também construiu o Ginásio de Esportes Chico Neto, reformou e ampliou o Estádio Willie Davids e prosseguiu com a obra do Paço Municipal. Também construiu o prédio da Biblioteca Municipal, na Avenida XV de Novembro, além dos programas de casas e apartamentos, como os Conjuntos Karina e Borba Gato, e os condomínios Maurício Schulmann e Cristóvão Colombo.

Nem tudo, porém, foi realização de obras na gestão de Sílvio Barros. Polêmico, o prefeito usou dinheiro público para reformar o banheiro da sua casa, com o argumento de que recebia muitas autoridades e precisava de um local mais adequado. Virou até piada do Chico City, programa humorístico de Chico Anísio, maior audiência da televisão brasileira.

As finanças também foram obstáculo na gestão Sílvio Barros. Com várias obras, em muitos momentos perdeu o controle do caixa e atrasou as contas do município. Brigou com a Copel por causa de uma renegociação da dívida com a fatura de energia e o Paço Municipal ficou muitos dias sem luz. Um gerador movido a óleo diesel, barulhento e pouco eficiente, foi

levado para a frente da Prefeitura, mas funcionava poucas horas por dia. Os servidores trabalharam à luz de vela ou farolete por cerca de 15 dias, até o imbróglio ser solucionado.

Dessa forma Sílvio Barros chegou ao final do mandato, com força para ainda articular a sucessão. Para cumprir um acordo na eleição de 1972, Sílvio ajudou João Paulino em 1976. A estratégia foi montar chapas com sublegendas que favoreceriam JP. A ordem era evitar que o advogado e professor Horácio Racanello, da ala mais combatente do MDB, ganhasse a Prefeitura.

3.2 A VOLTA DE JOÃO PAULINO

A Arena teve três candidatos: João Paulino, o médico e dono de hospital Said Ferreira e o educador Gabriel Sampaio. O MDB lançou Horácio Racanello, Walber Guimarães e Antônio Assunção. Como os favoritos dependiam da soma das três sublegendas, Sílvio teria imposto o nome de Assunção porque sabia que este não teria muitos votos e pouco ajudaria a eleição de Racanello. E foi o que aconteceu. A Arena conseguiu 61% dos votos, contra 35% do MDB. João Paulino se elegeu com tranquilidade.

Quadro 7 - Eleição para prefeito em 1976

Candidato	Partido	Votos	Percentual
João Paulino	Arena I	18.535	28,61%
Said Ferreira	Arena II	11.391	17,58%
Gabriel Sampaio	Arena III	11.265	17,39%
Horácio Racanello	MDB I	12.025	18,56%
Walber Guimarães	MDB II	8.002	12,35%
Antonio Assunção	MDB III	3.554	5,48%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

JP, mais uma vez com maioria na Câmara de Vereadores, retomou o projeto de crescimento planejado e com custo alto para a população. Com empréstimo junto ao Governo federal, através do Projeto Cura, investiu na abertura de ruas e avenidas, principalmente na extensão do Jardim Alvorada. Foi duramente criticado pela oposição, que o acusava de ligar o “nada a lugar nenhum”, mas insistiu em avenidas largas e ruas que mantinham o padrão. Nas reuniões com secretários, o prefeito sempre repetia:

A cidade só vai funcionar se tiver ruas de 12 metros e calçadas de 4 metros dos dois lados. Para interligá-las precisamos ter avenidas amplas, duas pistas com canteiro e toda arborizada. Maringá tem de dar o exemplo para todo o Paraná e o país. Aqui não podemos fazer nada mal feito.

Mas o custo não era baixo. Enquanto asfaltava ruas e criava novas vias, João Paulino trazia para as famílias um considerável peso no orçamento. Luiz Pinhavel, o mesmo motorista de ônibus que, 16 anos antes, o prefeito aconselhara a jamais vender sua data, sucumbiu às dívidas com a Prefeitura. Primeiro praticamente perdeu um alqueire na Avenida Melvin Jones, área nobre para implantação de indústria. Sem dinheiro para pagar a dívida acumulada com o município, entregou os 24.500 metros pela quitação do débito e apenas 10 por cento do valor do imóvel em dinheiro.

Perdeu também a casa, também trocada pela dívida do asfalto e IPTU, mais um caminhão com 10 anos de uso. Próspero empresário, João Noma, o dono do Truck Noma, ficou com a data onde *Seu Luiz* fincou raízes e viveu desde que foram cortadas as primeiras árvores para o surgimento da bela e rica Maringá. Morreu 10 anos depois, vivendo de favor numa casa de chão batido feita no terreno que era dele, onde o “caridoso” empresário o deixou morar quando não tinha mais para onde ir, depois de se aventurar pela Vila Operária e ficar sem dinheiro para pagar aluguel.

Mas a história do *Seu Luiz* não foi a única. Viver em Maringá estava cada vez mais caro e o preço dos terrenos disparou. Com aluguel e impostos nas alturas, quem morava na Vila Sete teve de “fugir” para o Conjunto Nei Braga. Quem vivia no Jardim Alvorada foi para o Jardim Ebenezer. Quem passou boa parte da vida na Vila Operária correu para os lados da Cidade Alta. Aos moradores do Maringá Velho, restou o Conjunto Nei Braga ou Borba Gato e assim por diante. Não demorou muito para que ultrapassassem os limites do município e chegassem a Sarandi e Paiçandu.

Fiel ao seu planejamento, quaisquer fossem os custos sociais, João Paulino manteve a rotina de obras e transformou o trecho da BR 369 que corta a cidade em avenida urbanizada. A antiga Oficial pode finalmente ser chamada de Avenida Colombo, com a duplicação das vias, canteiro e alinhamento dos prédios. Deixou de ser uma via de passagem e transformou-se em importante espaço comercial.

No seu segundo mandato, JP tinha planos ainda mais audaciosos. Visava o Governo do Estado e não teve dúvidas quando precisou enfrentar a oposição de alguns vereadores nos episódios mais polêmicos. Continuou a política que chamava de desenvolvimentista e os adversários mais politizados classificavam de higienista.

O prefeito já havia acabado com a ocupação que deu origem a uma pequena favela atrás do cemitério municipal, expulsando as famílias que ocupavam improvisadas casas de madeiras. O método era direto: JP ia pessoalmente ao local e avisava os moradores que em 15

dias um trator da prefeitura derrubaria tudo o que estivesse no local. Oferecia como alternativa a mudança para um local distante.

Na esquina das Avenidas Colombo e Paraná, área bem mais nobre, dez famílias moravam em barracos de madeira. O local era conhecido como Casas dos Pobres e dividia espaço com circos e parques de diversões que passavam pela cidade. Um cadeirante de apelido Gaúcho, que ninguém sabia o nome, era um dos moradores. Sem andar e com problemas mentais, ele foi um dos expulsos pelos fiscais do prefeito. Quem aceitou foi morar em casas cedidas pelo município na divisa com Paiçandu. Os que não quiseram foram pagar aluguel em casas parede-e-meia que dividiam quintais nos bairros mais afastados.

Onde a princípio seria construído o Hospital Universitário foi levantado um moderno supermercado, o Musamar, que tinha até lanchonete e cascata de água na entrada. O mesmo prédio ainda comportava a Dizzy, boate mais badalada da cidade, instalada pela família Calijuri e inaugurada com a presença dos atores Tarcísio Meira e Glória Menezes, na época maiores astros das novelas da Rede Globo. A cessão de espaço público para a construção de um prédio privado até hoje levanta suspeitas e ainda é alvo de disputa judicial.

Enquanto “limpava” a cidade, João Paulino elaborava um arrojado projeto de saneamento básico: preparar Maringá para ter 100% dos imóveis com água tratada e coleta de esgoto. O prefeito teve um grande embate com alguns vereadores da oposição quando decidiu transferir o serviço de água e esgoto à Sanepar.

Primeiro ele extinguiu a Codemar, criando a Secretaria de Expansão Econômica, comandada pelo seu vice, o engenheiro Sinclair Sambatti, oriundo da Universidade Estadual de Maringá, onde fora prefeito do campus. A Secretaria foi incumbida de estender a rede de água a bairros da Zona Sul e do extremo da Zona Norte. Precisou aumentar o volume tratado e ampliar a Estação de Tratamento.

Inaugurado em 1969, o sistema não conseguia atender a população que aderiu à rede. Os jornais publicavam com frequência o sofrimento dos moradores com a falta de água e lembravam da decisão da administração Adriano Valente de fechar os poços dos quintais. No dia 26 de janeiro de 1977, o jornal O Estado do Paraná estampava na manchete de uma página: **“Torneiras continuam secas. Até quando?”** Sem ampliação, apenas 65% da população urbana era atendida.

No período da ampliação, a cobrança do prefeito foi implacável. Certa vez, em viagem ao Japão, ligou para Sinclair Sambatti para saber do andamento da obra. Informado que o dono da construtora, Aldebaran da Cunha Naumann, não estava muito preocupado com o prazo, mandou rescindir o contrato com a empreiteira. Foi uma das poucas vezes em que o

grandalhão Sinclair perdeu a compostura. Eu estava com o então secretário numa manhã de sábado, quando ele obrigou Aldebaran a sair da cadeira do dentista para atender seu chamado irado. Além de perder o contrato, o engenheiro por pouco não foi levado uns sopapos do vice-prefeito, por todos considerado um *gentleman*. Não fosse a intervenção de Benedito Moreira de Carvalho, irmão do ex-prefeito Luiz de Carvalho, o caso teria terminado na delegacia de polícia.

Em 1979, com mais água tratada e muita briga com os poucos opositores, João Paulino criou o Serviço Autárquico de Água e Esgoto, com a finalidade única de transferir todo o sistema para a Sanepar. Em 1980 assinou o contrato com a estatal e justificou:

Maringá chegou ao limite de investimentos em água e esgoto. Nossa meta é que 100 por cento da cidade seja atendida, mas apenas com os recursos da Prefeitura não vamos conseguir. A vinda da Sanepar vai garantir que o município tenha o melhor serviço do Brasil. No futuro todos vão reconhecer isso. Vamos nos preparar para atender uma cidade com 500 mil habitantes.

Com essa disposição de aumentar a presença do Estado em Maringá, JP cumpriu quatro anos de mandato e teria mais dois por força da prorrogação que possibilitou as malsucedidas eleições gerais de 1982. Nos últimos 20 meses foi substituído por Sinclair Sambatti e aventurou-se como candidato a vice-governador na chapa de Saul Raiz, da Arena, na primeira eleição direta para governador depois do golpe militar de 1964. Raiz foi derrotado pelo emedebista José Richa e foi o fim da carreira política de João Paulino. Pouco tempo depois, em 7 de agosto de 1984, Sambatti morreu, vítima de acidente de carro. Era o ocaso de uma liderança que ainda nascia, depois de um curto, mas produtivo período como prefeito.

3.3 OUTRO MÉDICO NA PREFEITURA: SAID FERREIRA

Maringá não podia parar, como JP gostava de dizer. Nas eleições de 1982, Said Ferreira, que deixara a Arena para ingressar no MDB, foi eleito prefeito no último pleito com sublegendas. Mais uma vez a composição das chapas, tanto no MDB como no PDS, antiga Arena, foi feita de maneira a não deixar espaço para a esquerda. A única novidade foi a primeira participação de um candidato do Reveja a necessidade de fazer uso de ponto final para não deixar a frase tão extensa.

Favorecido pela articulação, Said teve 34,4% dos votos e foi eleito com a ajuda da sublegenda. Horácio Raccanelo ficou com 25,5%.

Quadro 8 - Eleição para prefeito em 1982

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Said Ferreira	PMDB I	26.516	34,4%
Horácio Racanello	PMDB II	18.923	25,5%
Aníbal Bianchini Rocha	PDS III	13.047	16,9%
Ademar Schiavone	PDS II	9.197	11,9%
Antonio Facci	PDS I	8.635	11,2%
Egídio Asmann	PTB	444	0,6%
Nelson Elias Aiex	PT	350	0,5%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Para uma cidade com perfil desenvolvimentista, a eleição de Said Ferreira significava a continuidade das obras, sem muitos percalços. Em meio a uma grande crise econômica, em que a inflação chegou a impressionantes 80% ao mês – sim, ao mês –, nos dois primeiros anos de mandato Said apostou na instalação de novas empresas em Maringá. O homem mais forte da administração era o secretário de Indústria e Comércio, João Preis.

A crise não inibia, entretanto, o lado visionário do prefeito, considerado um excelente administrador, mas um péssimo político. Said intimidava adversários e era pouco polido no trato com vereadores. Dois episódios ficaram registrados, sem que ficasse provado o envolvimento do grupo do prefeito. O vereador Carlos Alberto de Paula, um dos opositores, foi surrado em frente a um restaurante na Avenida Getúlio Vargas, à luz do meio-dia. Ninguém revelou a mando de quem e porquê houve a agressão.

Já o apresentador de televisão Luiz Carlos Alborghetti avisou no seu programa Cadeia que no dia seguinte falaria sobre um prefeito da região de Maringá, dono de frigorífico, sonegador de impostos que estava com a Receita Federal e a polícia ao seu encalço. A ameaça não se confirmou. Quando anoiteceu, homens armados de machados e pés-de-cabra destruíram o transmissor da TV Tropical. A emissora ficou oito meses fora do ar. Alborghetti nunca mais falou sobre o assunto. 12 anos depois, quando trabalhávamos na mesma emissora de televisão, contou-me detalhes do caso.

Assim, entre brigas e planos, Said procurou modernizar a cidade. Contratou Oscar Niemeyer para elaborar um ambicioso projeto para o Novo Centro, onde construções futuristas substituiriam a detestada linha férrea que atravessa a cidade. O rebaixamento dos trilhos, com novas avenidas surgindo sobre as lajes de concreto, abririam espaço para as ideias do mais famoso comunista brasileiro. O arquiteto fez o Projeto Ágora, que ganhou fama, mas não chegou a ganhar corpo.

Enquanto sonhava, Said interligava bairros com avenidas e atraía empresas. Também buscava apoio da periferia, nos raros momentos em que a política falava mais alto do que o gosto pela gestão. Adormecidos nos anos da ditadura militar, os movimentos populares começaram a ganhar força. O prefeito viu nesse ressurgimento uma forma de conquistar mais popularidade e incentivou o surgimento de associações comunitárias.

Mesmo chapa-branca, cada associação criada pelos seus assessores Humberto Crispim de Araújo e José Miguel Grilo significava uma voz que se levantava na comunidade para reivindicar melhorias. Foi assim na Zona Sete, Jardim Alvorada, Maringá Velho, Vila Esperança, Morangueira e outros 10 bairros. De cunho eminentemente político, as associações faziam nascer futuros candidatos a vereador, a maioria aliada ao prefeito. Também institucionalizaram movimentos que não passavam de grupos organizados ocasionalmente para apresentar um ou outro abaixo-assinado pedindo asfalto, creche ou posto de saúde.

Mas nem todas as entidades ficaram sob o controle político do grupo do prefeito. Na Zona Sete começaram a surgir novas lideranças que garantiram a independência da associação. O mesmo ocorreu no Jardim Alvorada. As atas das reuniões desses dois Conselhos Comunitários, entre 1986 e 1988, último ano daquele mandato de Said Ferreira, mostram que as reuniões tratavam basicamente de pedidos dos moradores preocupados com a falta de postos de saúde, creches, asfalto ou segurança. Em poucos meses, porém, o debate foi ampliado para políticas públicas pouco discutidas, como o orçamento para a saúde, saneamento básico e lazer.

Eu ajudei a fundar e fui o primeiro presidente da Associação de Moradores e Amigos da Zona Sete. Juntei-me ao grupo de pais e professores da Escola Santa Maria Goreti e promovemos melhorias sem a participação da Prefeitura. Com apoio político de vereadores, ajudamos a viabilizar a cessão da área para a construção da nova sede da escola, na Rua Quintino Bocaiúva. Também estreitamos os laços com a Universidade Estadual de Maringá, abrindo espaço no campus para o uso de projetos dos moradores.

Figura 12 - Posse da primeira diretoria da Associação de Moradores da Zona Sete, em 19.09.1987⁶



Fonte: arquivo pessoal.

Sem pretensão política-eleitoral, fiz a transição para outra diretoria e vi a associação do bairro fortalecer-se com uma expressiva participação da comunidade nas reuniões semanais e a organização de grandes eventos, entre eles uma festa junina que reunia milhares de pessoas no estacionamento do Estádio Willie Davids. Foi com esse trabalho na Associação da Zona Sete que o presidente, professor Basílio Bacarin, elegeu-se vereador pelo PSDB, em 1996, com 1.431 votos.

Sucesso eleitoral teve também o presidente da Associação Comunitária do Jardim Alvorada. Roosevelt Carneiro de Freitas teve 1.531 votos e elegeu-se pelo PTB, graças às atividades no bairro. Com a força da entidade, até o comércio local criou uma associação própria, com feiras de liquidação de estoque e até shows para atrair consumidores de outras regiões da cidade.

Para Said Ferreira, o incentivo aos movimentos sociais era um trabalho de organização no varejo, com retorno político a médio prazo. Resultado mais imediatista ele esperava de empreitadas maiores. Uma das grandes conquistas da gestão foi a criação dos cursos de Medicina e Odontologia, na Universidade Estadual de Maringá. O prefeito pressionou o governador Álvaro Dias, que não aprovava a nova despesa, depois de ter decretado a gratuidade nas universidades estaduais. Para que Maringá tivesse Medicina, Said assinou acordo em que o município se comprometia a pagar o funcionamento dos dois cursos durante cinco anos, até que as primeiras turmas fossem formadas.

⁶ Da esquerda para a direita: Professora Rosa (diretora da Escola Maria Goreti), Pedro Segóvia da Silva, prefeito Said Ferreira, José Miguel Grillo, Humberto Crispim de Araújo e o autor deste trabalho.

Com obras estruturais nos seis anos de gestão, depois de também ser beneficiado pela prorrogação originada do mandato estendido do Presidente José Sarney, o prefeito aproveitou dois anos de estabilidade da inflação no período do congelamento de preços, no chamado Plano Cruzado. Na gestão de Said a cidade ganhou força na construção civil e na instalação de indústrias de pequeno e médio portes.

3.4 A SURPRESA DO JOVEM POLÊMICO: RICARDO BARROS

O foco na arrecadação e geração de empregos deu a Said Ferreira uma confortável aprovação no último ano de gestão, o que favorecia a eleição do sucessor. Na mesma linha administrativa, o escolhido do PMDB para disputar a Prefeitura foi João Preis, empresário e secretário de Indústria e Comércio. Os outros candidatos não chegavam a ser uma grande ameaça. Adriano Valente, PDT, já no final da carreira política; Ademar Schiavone, PL; Miguel Grilo, PSB; Norberto Miranda, PT; e Ricardo Barros, PFL.

Mas o favoritismo de Preis acabou quando começou a campanha na televisão. Duramente atacado por Schiavone e Grilo, entrou em guerra quando foi chamado de ladrão de boi. A acusação teve origem em um Boletim de Ocorrência registrado pela Polícia quando o empregado de um sítio do candidato, em Mandaguacu, recusou-se a devolver um animal que passava por um buraco na cerca do vizinho. A campanha de Schiavone explorou ao máximo esse caso e chegou a promover um “desfile” em que um boi era puxado em plena Avenida Brasil.

O debate político deu lugar a uma virulenta troca de acusações. Preis, com pouca experiência eleitoral, não soube reagir às acusações e mostrou outra grande deficiência: a falta de carisma. Na primeira campanha em que a televisão decidiu, despontou Ricardo Barros, um jovem polêmico, filho de Sílvio Magalhães Barros, que participara da administração de Said Ferreira na diretoria da Urbamar, da qual saiu após muitos atritos.

Aos 29 anos e com a pretensão inicial de fortalecer o nome antes de disputar a eleição para deputado, Ricardo venceu a eleição explorando o melhor uso do espaço na TV, onde prometeu construir casas populares (Programa João de Barro) e integrar o transporte coletivo (terminal de integração), com passagem mais barata.

Figura 13 - Ricardo Barros, ao centro, em comício na campanha para prefeito, em 1988



Fonte: arquivo pessoal de Ricardo Barros.

Mesmo imaturo, Ricardo representava a força jovem, contra nomes antigos da política maringaense. Foi a primeira vez que a televisão praticamente decidiu uma eleição. Sem recursos técnicos, as campanhas dependiam muito da performance do candidato diante das câmeras. Com certa experiência em comunicação, por ser dono da Rádio Jornal, com participação ativa nos programas, Ricardo Barros saiu em vantagem.

Na véspera do primeiro debate na televisão, participei de uma reunião do candidato com a mãe dele, Bárbara Barros, e alguns apoiadores, na casa da família, na Zona 2. Fui para ajudar a treinar o candidato e Ricardo dizia que o programa da TV Cultura (Rede Globo) era uma espécie de “tudo ou nada”. Naquele momento, o improviso era tamanho que não se discutia estratégias de pergunta e resposta e sim as propostas improvisadas que o candidato apresentaria. Ou melhor, as duas propostas, porque ficou definido que Ricardoalaria apenas sobre o Programa João de Barro e o transporte integrado.

Nitidamente o objetivo era aumentar a visibilidade para que ele chegasse em 1990 em boas condições de disputar uma vaga de deputado, estadual ou federal, dependendo do quadro partidário. Ganhar a eleição para prefeito era quase uma utopia, embora fosse flagrante a diferença da imagem entre Ricardo e os favoritos João Preis e Ademar Schiavone, considerados antiquados quando o assunto era comunicação. Adriano Valente, mais experiente na disputa eleitoral por ter sido prefeito e deputado, estava doente e também não tinha intimidade com a câmera.

Restava José Miguel Grilo, vereador que aventurou-se na disputa sem qualquer estrutura de campanha. Embora igualmente jovem, Grilo teve um mandato conturbado na Câmara, depois de ter sido eleito como uma promessa de liderança dos movimentos jovens. Agressivo e sem apoio, Grilo transformou-se em mero “auxiliar” do grupo de Schiavone. Usou o tempo de propaganda eleitoral gratuita para atender outros candidatos.

No começo da campanha, Ricardo Barros era acompanhado em suas andanças apenas pelo professor e empresário Edmundo Albuquerque. Na retaguarda das propostas de governo estavam o vice, Willy Taguchi, e o médico Marco Rocha Loures, que discutiam com alguns jornalistas a melhor forma de apresentar o candidato. Desprezado pelo Partido Liberal, Ricardo só foi disputou a prefeitura porque o presidente do PFL, Moisés Carolino Filho, o acolheu na sigla.

Aproveitando a fragilidade dos adversários, a dificuldade deles com a televisão e principalmente a briga entre João Preis e Ademar Schiavone, Ricardo Barros cresceu nas pesquisas e nos últimos 15 dias já podia apostar na vitória. Foi a primeira vez que uma terceira via aproveitou o desgaste dos dois principais concorrentes para vencer a eleição. Ricardo Barros teve 40,53% dos votos, enquanto o até então favorito João Preis não passou de 30,65%.

Quadro 9 - Eleição para prefeito em 1988

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Ricardo Barros	PFL	38.902	40,53%
João Preis	PMDB	29.417	30,65%
Ademar Schiavone	PL	15.929	16,59%
Adriano Valente	PDT	9.871	10,28%
Norberto Miranda	PT	1.211	1,26%
José Miguel Grilo	PSB	641	0,66%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Em meio à corrupção e à existência dos chamados “marajás” o candidato Ricardo Barros (do PFL) venceu as eleições em torno da imagem do bom moço, incorruptível em relação aos políticos desonestos (TONELLA, 1999, p. 283)

Já nos primeiros dias de mandato Ricardo Barros mostrou que faria uma administração polêmica. Com uma equipe de secretários jovens, notabilizou-se pelo marketing. Para ser mais popular, passou a frequentar locais com muito público. Era frequentemente encontrado na Passarela do Samba, casa noturna na Avenida Paraná, onde se destacava como bom dançarino. Verdelírio Barbosa, radialista que também era comentarista do Jornal do Meio-

Dia, na TV Maringá, deu-lhe o apelido de Pé-de-Valsa. O prefeito deixou de ir ao lugar depois de um entrevero que chegou às vias de fato com Nilton César Servo, empresário dono de bingo, que era filho de Lázaro Servo, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Mandaguçu.

Ricardo Barros escolhia adversários e começou por paralisar a obra do Teatro Calil Haddad, iniciada por Said Ferreira, com quem teve sérios desentendimentos antes de ser candidato. Em vez de investir no projeto moderno, construiu dois teatros de madeira, o Reviver e o Barracão. Engenheiro, assim como o pai, gostava mesmo era de obras novas.

E não foi apenas o Teatro que teve a obra paralisada. O jornalista Ângelo Rigon conta que a construção do novo aeroporto também atrasou por causa de Ricardo Barros:

Álvaro Dias governador chamou Said em seu gabinete, no Palácio Iguçu, e avisou: “Said, já conversei com o ministro da Aeronáutica e estou autorizado a informar que o novo aeroporto de Maringá vai sair. Pode continuar o processo de desapropriação da área, que o governo federal e o Estado vão repassar as verbas necessárias”. As obras foram iniciadas, mas paralisadas tempos depois porque o prefeito que sucedeu Said teria feito insinuações que desagradaram o governador. Álvaro, ainda com dois anos de mandato, ligou para a casa de Said, já ex-prefeito: “Bem Said, vamos parar as obras do aeroporto porque não dá para dialogar com esse moço, não”.

Não demorou também para que o jovem prefeito enfrentasse a primeira crise política. Sem maioria na Câmara de Vereadores, teve contra si uma Comissão Especial de Investigação que quase culminou com seu mandato. Com base em irregularidades administrativas, como notas frias nas compras da Pedreira Municipal, os vereadores esticaram a investigação até que tivessem uma “recompensa”.

3.5 GRUPO DOS 13, UM MARCO NA COOPTAÇÃO

A ação de cooptação transformou-se em escândalo. Paulo Mantovani, um dos vereadores cooptados, relator da CEI, foi gravado tentando convencer os colegas a aderir ao esquema, confessando que ganharia um caminhão de som para mudar de lado. A gravação foi feita pelo presidente da Comissão, Mário Hossokawa, dentro de sua própria casa. Depois de um café da manhã, Mantovani pediu para fazer algumas ligações e numa delas tentou cooptar um colega.

Não demorou muito para Hossokawa vazar a gravação para alguns jornalistas. Para evitar a ampla divulgação do fato, o prefeito contou com a ajuda dos veículos de comunicação que recebiam polpudas verbas de publicidade. Gastar em marketing era um dos projetos do prefeito, que via na mídia uma forma de garantir o futuro político.

O processo contra Ricardo Barros só foi arquivado com a criação do Grupo dos 13, número dos vereadores que votaram a favor do prefeito. Na sessão da Câmara, que funcionava na Praça Rocha Pombo, antiga instalações da Retificadora Yokoyama, o vereador Euclides Zago da Cunha protestou atirando moedas nos colegas que votaram contra a investigação.

A partir daí, o prefeito passou a ter apoio fechado de 13 dos 21 vereadores. Em qualquer projeto polêmico, o resultado era sempre o mesmo: 13 a 8. Com a Câmara controlada, Ricardo Barros investiu ainda mais nos meios de comunicação. Ajudou Verdelírio Barbosa a fundar o Jornal do Povo e não teve mais que se preocupar com as críticas do radialista e apresentador de TV. O Diário, do seu padrinho político Franklin Silva, já o ajudara a eleger-se prefeito. Esse método político, que não foi criado, mas certamente foi formatado por Ricardo, ainda vigoraria por muito tempo em Maringá, sendo repetido por várias administrações.

Ficou no passado a intensidade dos debates na Câmara de Vereadores, que não raras as vezes provocava pancadaria e até ameaças com revólver. Francisco Timbó de Souza, vereador entre 1973 e 1977, lembrou como era o ambiente nas sessões:

Não era fácil ser vereador, porque havia truculência por parte dos prefeitos e entre os próprios vereadores. Os grupos eram mais aguerridos, com interesses políticos claros. A gente via vereador até ser convencido em uma ou outra matéria, independentemente de ser oposição ou situação, mas não existiam casos explícitos de compra de voto. Esse grupo dos 13, que pode ter qualquer outro número, representa um tipo de maioria que é uma vergonha, uma desmoralização para a Câmara e para a democracia. Sinceramente, prefiro mil vezes que tenha um outro tapa no ouvido entre os vereadores do que esse tipo de comportamento nocivo à política, que destruiu o debate, a essência do parlamento (Entrevista ao autor em agosto de 1989).

Outro vereador, Antonio Paulo Pucca, um dos oito que não aderiram ao Grupo dos 13, disse que só não renunciou ao mandato porque tinha um compromisso com Maringá, mas reconheceu que seu trabalho na Câmara deixou de ter qualquer resultado prático:

Eu vou à Câmara com a disposição de quem sai de casa para levar uma surra na rua. Por mais que nosso grupo tente, por mais que nos preocupemos com a cidade, com propostas boas para a população, somos completamente ignorados pela maioria. É como se o Legislativo fosse apenas um meirinho do prefeito. É mais do que lamentável, é revoltante.⁷

⁷ Antonio Paulo Pucca, vereador de 1982 a 1992, em entrevista ao autor no Jornal do Meio-Dia, TV Maringá, em 1990.

Por outro lado, vereadores do Grupo dos 13 não demonstravam o menor pudor apoiar o prefeito em tudo o que precisasse. Nereu Vidal César, desafiava os opositores e era um dos fieis defensores da administração.

A democracia é assim. Ganha quem tem mais votos. Nós aprovamos ou rejeitamos os projetos na Câmara porque temos 13 vereadores da base do prefeito. Quem não estiver satisfeito tem dois caminhos: aceita a derrota ou renuncia ao cargo (Entrevista ao autor, no Jornal do Meio-Dia, TV Maringá, em 1990).

Enquanto Ricardo Barros dominava a Câmara, se perdia na administração. Os movimentos de oposição começaram a crescer. Mesmo quem não era adversário do prefeito preocupava-se com o futuro do município. Era evidente a falta de experiência e planejamento para a equipe do primeiro escalão e surgiam sinais de sérios prejuízos políticos e econômicos.

Uma das principais correntes de oposição nem tinha sigla partidária, mas entrou para a história política de Maringá: o Centro Patriótico Tiradentes (CPT). Recém-saído do bipartidarismo, o Brasil ainda carecia de grandes lideranças e os novos partidos – o PT foi o principal exemplo – lutavam em busca de um espaço difícil, numa cidade conservadora e patrimonialista. Nesse ambiente surgiu o CPT.

A entidade, criada oficialmente em 17 de maio de 1987, nasceu da vontade do empresário José Pacheco dos Santos, incentivador do debate político e da identidade nacional. O nacionalismo, aliás, era o foco do grupo, mas o CPT ampliou a atuação de forma natural, movido pela consciência política de profissionais liberais, jornalistas, líderes comunitários, pequenos e médios empresários. Progressistas que não pretendiam disputar eleições.

Antes de ser oficializado como entidade, o grupo já coordenara movimentos importantes como o Diretas Já. Embora filiado ao PDT recém-criado por Leonel Brizola, que voltou do exílio e foi eleito governador do Rio de Janeiro, Pacheco dialogava com todos os partidos e setores políticos. Chegou a ser indicado para disputar a Prefeitura, em 1988, mas desistiu bem antes de a campanha começar.

As posições do CPT criaram uma força natural de oposição ao prefeito. Ao discutir questões como a cobrança sem critério de IPTU e gastos excessivos com a promoção pessoal de Ricardo Barros, a entidade transformou-se no maior palco de debate político da cidade. As ideias e propostas de longe superavam o que era produzido em termos políticos na Câmara de Vereadores ou na Prefeitura.

Não queremos que Maringá seja apenas uma cidade planejada e bonita. Queremos enfrentar a desigualdade com um amplo debate, onde a democracia deve prevalecer e a população possa participar das decisões mais importantes do poder público, independente do governante ou do partido que estiver na Prefeitura ou da corrente que predominar na Câmara dos Vereadores (José Pacheco dos Santos, 1989, em entrevista ao programa Canal Livre, TV Maringá).

O debate não era restrito a Maringá. Desde que começou a funcionar, nas antigas instalações do Instituto de Educação, o CPT dedicou-se a questões ligadas à identidade nacional. Participou, por exemplo, da campanha contra a privatização da Vale do Rio Doce e em defesa permanente do patrimônio público. Foram realizados encontros e seminários para discutir a efetividade das ações político-partidárias e a criação de políticas públicas voltadas a todos os segmentos da sociedade.

Figura 14 - José Pacheco dos Santos (primeiro à esquerda), com representantes de vários partidos



Fonte: acervo do blog do jornalista Ângelo Rigon, 1995.

Figura 15 - Osvaldo Reis, Ana Cadamuro, Alaor Gregório, Francisco Dantas e Alberto Abrão Vagner da Rocha, participantes do Centro Patriótico Tiradentes



Fonte: Ascom – UEM, 2009.

Enquanto mais diversos setores da sociedade se organizavam para demonstrar o descontentamento com a administração, Ricardo Barros centralizava as ações políticas no Governo federal. Aliado do Presidente Fernando Collor, eleito no primeiro ano do seu mandato como prefeito, Ricardo conseguiu trazer para Maringá o Conjunto Thaís, com casas de 27 metros quadrados. Também fez 17 escolas municipais e três centros esportivos. Duplicou a Avenida Morangueira e continuou a obra do Novo Centro, mas sem os traços de Oscar Niemeyer, substituídos pelos interesses imobiliários.

Depois de longa negociação com a Rede Ferroviária Federal, a administração Ricardo Barros iniciou o processo de rebaixamento da linha férrea. A RFF retirou a estação de passageiros e em troca recebeu a área para uma estação de transbordo, no triângulo margeado pelas rodovias Maringá-Campo Mourão e Maringá-Umuarama.

Mas foi na educação a cartada mais polêmica do prefeito. Privatista por convicção e interesses eleitorais, Ricardo terceirizou o ensino municipal. As escolas passaram a ser comandadas por cooperativas. Os professores e outros funcionários eram remunerados pelas cooperativas, que recebiam da Prefeitura um valor definido pelo número de alunos. Foi um caos administrativo. Ao final do mês, faltava dinheiro para pagar os professores de várias unidades, enquanto os diretores eram acusados de uma série de irregularidades.

O final da gestão Ricardo Barros foi marcado por muita confusão e descontrole financeiro. Com as finanças seriamente comprometidas, o prefeito apelou para meios ilegais. Era comum um contribuinte com imposto em atraso chegar na prefeitura e negociar um valor que podia pagar. O desconto variava de acordo com a influência do devedor. Se alguém devia

IPTU ou INSS, poderia se livrar da dívida pagando 10, 20 ou 30 por cento do valor. Era a chamada “Tenda do Milagre”, onde havia fila durante todo o expediente. Não havia lei ou critério para os descontos.

3.6 SAID FERREIRA DE VOLTA. RICARDO BARROS FOGE PELA JANELA

Se a tenda fez o milagre de limpar dívidas, não conseguiu dinheiro suficiente para pagar sequer os servidores em dia e muito menos garantir que o grupo fizesse o sucessor. Com rejeição, greve de garis e o funcionalismo revoltado, Ricardo Barros lançou dois candidatos para disputar a eleição de prefeito. Miro Falkemback, secretário de Obras Públicas, e Marco Rocha Loures, secretário de Saúde, foram para o sacrifício sem qualquer chance de sucesso.

Praticamente sem fazer campanha, sem comparecer a debates e sem um comício sequer, Said Ferreira (PMDB) foi eleito com 56,12% dos votos.

Quadro 10 - Eleição para prefeito em 1992

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Said Ferreira	PMDB	64.713	56,12%
Odílio Balbinotti	PDC	22.762	19,74%
Joel Coimbra	PDT	12.142	10,52%
Miro Falkemback	PFL	8.647	7,49%
Aníbal Moura	PT	3.517	3,05%
Marco Rocha Loures	PL	1.989	1,72%
Walber Guimarães Jr.	PSDB	959	0,83%
Assendino Santana	PRP	580	0,5%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Figura 16 - O autor na mediação do debate entre os candidatos a prefeito, em 1996⁸



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O que pode parecer uma derrota fragorosa de Ricardo Barros, na realidade era o início de uma vitória milimetricamente calculada. Personalista, não preparou qualquer nome do seu grupo para sucedê-lo. Lançou Rocha Loures e Miro Falkembach para abandoná-los já no início da campanha. Investiu nos municípios da região, preparando seu caminho para deputado. E foi longe. Chegou a bancar boa parte da campanha de Victor Hugo à Prefeitura de Guarapuava, em troca de apoio futuro. Fez o mesmo em várias cidades, utilizando ao máximo a máquina administrativa de Maringá.

Enquanto Ricardo gastava com política, as contas do município naufragavam. Por decisão pessoal e sem qualquer amparo legal, o prefeito decidiu suspender o pagamento da trimestralidade, reajuste salarial dos servidores acordado para que acontecesse a cada três meses, a fim de compensar os devastadores efeitos da hiperinflação que assolava o país nos anos de 1980 e início de 1990. Com salário seriamente defasado, o funcionalismo acionou a Justiça e o caso transformou-se numa milionária ação que ainda tramita nos tribunais.

Airton Furlanetto, funcionário do Banco do Estado do Paraná que foi secretário de Fazenda na gestão Ricardo Barros, confidenciou a mim que muitas vezes suplicou para que o prefeito parasse de gastar o dinheiro da prefeitura, principalmente com marketing e medidas

⁸ Nota-se a ausência de Said Ferreira.

políticas que visavam apenas apoio de lideranças da região numa futura disputa para deputado federal.

Eu já pedi várias vezes ao prefeito para que ele pare de gastar e ele simplesmente diz que não consegue. Estamos perdidos. Não tem desconto em imposto atrasado que dê jeito nessa situação. Para piorar, esse boato sobre uma anistia na próxima administração afastou de vez os contribuintes. Mesmo com desconto, só estão pagando aqueles que não acreditam que Said Ferreira vai mesmo facilitar a quitação dos atrasados.⁹

Se a administração de Ricardo foi polêmica, a saída da Prefeitura foi ainda mais tumultuada. Com pouco dinheiro em caixa, o prefeito preferiu pagar empreiteiros companheiros de campanha e deixou os servidores sem salário e 13°. Foi uma grande revolta. Centenas de funcionários do município cercaram o Paço Municipal. O último “ato” de Ricardo Barros foi fugir pela janela do gabinete, antes de embarcar na

Figura 17 - Cercado por servidores revoltados, Ricardo Barros escapou por essa janela



Fonte: arquivo do blog de Ângelo Rigon (2004).

Belina do vice-prefeito, Willy Taguchi, que também saiu tão sem prestígio que sequer conseguiu eleger-se vereador.

O escritor Osvaldo Reis descreveu assim a escapada do prefeito: “*Entrou pela porta da democracia e saiu pela janela da indignidade*”. A volta de Said à Prefeitura era o reinício de um modelo de gestão voltado às grandes obras. O prefeito queria deixar sua marca em vários pontos da cidade, também na tentativa de alçar voos mais altos. Concluiu a obra do Teatro Calil Haddad e fez 1.080 metros do rebaixamento da linha férrea, entre as Avenidas

⁹ Airton Furlanetto, em conversa com o autor, em novembro de 1992.

Paraná e São Paulo. No período da construção, foi a maior obra do Paraná, com a licitação atraindo as grandes empreiteiras do país. Também construiu a rodoviária na Avenida Tuiuti. Na periferia, investiu em novas escolas e creches e fez mais de 2 mil casas nos Conjuntos Requião e Guaiapó. Essa parceria com o governador Roberto Requião quase fez Said deixar a prefeitura para ser candidato a vice-governador de Álvaro Dias, na eleição de 1994.

A obra que mais orgulhava Said era o novo aeroporto. Viabilizada

Figura 18 - Said voltou a ser prefeito em 1993 e retomou as obras paralisadas



Fonte: Jornal Correio de Notícias (1994, p. 3).

Depois de desprezada por Ricardo Barros, a construção quase foi entregue no final do mandato. Faltava ainda a conclusão do terminal de passageiros, mas o prefeito fez questão de “inaugurar” ao menos a pista. No avião do deputado Odílio Balbinotti, sobrevoou a cidade, decolando do antigo aeroporto, e pousou na nova pista, de “2.100 metros e 70 centímetros de concreto e asfalto”, como gostava de destacar.

3.7 EMPRESÁRIOS CRIAM O REPENSANDO MARINGÁ

Foi em 1996, último ano do mandato de Said Ferreira, que a Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM) decidiu que não mais limitaria suas ações aos interesses econômicos. Depois de organizar o Movimento 13 de Julho, em que conseguiu mobilizar também professores, advogados, jornalistas e sindicalistas para protestar contra o governo, a

ACIM partiu para um projeto muito mais ambicioso: decidir o futuro de Maringá em todos os setores.

Não seria possível impor um projeto para a cidade sem a participação popular, numa época em que os movimentos sociais voltavam a se organizar, depois do período de inércia ou clandestinidade imposto pela ditadura militar. Surgiu, então, a proposta de criar uma grande campanha, em que a ACIM buscou parceria com outras entidades, para que Maringá discutisse medidas que garantissem um desenvolvimento mais sólido, sem a inconstância provocada pelas crises econômicas tão comuns no Brasil.

Primeiro a ACIM convocou uma série de reuniões para apresentar o plano e depois levou as ações às ruas, lançando o *Repensando Maringá*. O objetivo principal seria unir políticos e empresários para que a cidade tivesse mais representatividade na luta por investimentos. Com adesivos em carros, camisetas e muita publicidade, o movimento rapidamente ganhou a adesão dos principais segmentos da sociedade.

O que seria apenas uma ferramenta de reivindicação, tinha como meta uma interferência direta na administração municipal. Propunha, por exemplo, criar um Conselho Municipal de Desenvolvimento, que começaria elaborando um Plano Diretor para Maringá. Muito mais organizada que qualquer outro segmento, logicamente a ACIM dominaria as propostas.

Com amplo predomínio sobre as outras entidades, a ACIM apoderou-se ainda mais. Na revista da entidade, pregou a necessidade de atuar diretamente nas principais decisões do Executivo Municipal:

O movimento Repensando Maringá acredita que a cidade precisa de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com caráter deliberativo. Para tanto, tem que se alterar a Lei Orgânica do Município, outorgando poderes ao Conselho para formular a Política de Desenvolvimento Econômico de Maringá. Com este poder, o Conselho vai elaborar propostas e sugestões que poderão eventualmente ultrapassar em muito o mandato de um determinado prefeito, mas que serão acompanhadas e executadas como um projeto de toda sociedade. O Movimento sugere a criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento de Maringá. O Fundo receberia um percentual do orçamento do município e de outras fontes, para ser gerido e administrado pelo Conselho de Desenvolvimento. O objetivo da criação do Fundo é respaldar financeira e estrategicamente o órgão executor das políticas de desenvolvimento econômico, ou seja, a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura (Revista ACIM, n. 367, 1996, p. 21).

Figura 19 - Grupo que participou do Planejamento Estratégico Maringá 2020, o *Repensando Maringá*



Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM, 1996).

Com o apoio do presidente da Câmara de Vereadores, José Carlos Valêncio, os projetos do Repensando Maringá rapidamente foram aprovados pelo legislativo, sem emendas ou maiores contestações. Foi criado o Conselho de Desenvolvimento de Maringá (Codem) e o Fundo Municipal de Desenvolvimento, que garantia 2% do total das receitas do município para financiamentos de atividades nas áreas comercial, industrial e de serviços. Também viabilizaria o custeio e elaboração de projetos técnicos com propostas econômicas e financeiras, além de estudos e pesquisas que orientam programas setoriais para expansão de investimentos, contratação de pessoal e outras despesas de interesse social e econômico da cidade.

O prefeito Said Ferreira apostava muito nas grandes obras e não teve dificuldade para aceitar as propostas do movimento empresarial. No segundo mandato, acreditava que seu futuro político dependia do investimento em estrutura. Por isso, destinou boa parte dos recursos do município para o novo aeroporto, novo centro, nova rodoviária e abertura de ruas e avenidas.

Discreto e com pouco gosto pela publicidade, Said Ferreira reduziu bastante as verbas para os meios de comunicação, mas não teve problemas com a opinião pública. Com amplo domínio sobre a Câmara de Vereadores, enfrentou resistência apenas do grupo de Ricardo Barros, que usava sua rádio para fazer oposição ao prefeito. Todas as manhãs, Álvaro Fernandes, secretário no primeiro mandato de Said, de quem tornou-se desafeto, passava uma hora criticando a administração. A relação ficou ainda pior quando Fernandes foi agredido por dois motociclistas no Centro de Convivência Renato Celidônio, a Praça da Prefeitura, logo

depois de sair da emissora, na esquina das Avenidas Duque de Caxias e Tiradentes. Outra agressão que nunca foi desvendada pela polícia.

A falta de jeito para a política era a marca negativa de Said Ferreira. Certa vez, em 1995, fui com ele de carro à Curitiba, para uma audiência com o secretário estadual de Transportes, Deni Schwartz. Chegamos às 14h15, com encontro marcado para 14h30. Passados 40 minutos, ainda na sala de espera, o prefeito levantou-se e fomos embora. Viajamos os 410 quilômetros de volta com o prefeito desconjurando o secretário. Said ficou um mês sem atender telefonemas dele. Pontualíssimo em seus compromissos, o prefeito não admitia esperar 25 minutos para ser atendido por um secretário de Estado.

Sem traquejo e personalista, Said teve dificuldade para se posicionar na eleição que escolheu seu sucessor. O único candidato que não gostaria de ver na Prefeitura era Sílvio Barros II (PFL), irmão de Ricardo. Decidiu apostar em três concorrentes: Jairo Gianoto (PSDB), presidente do Serviço Autárquico de Obras e Pavimentação (Saop); Joel Coimbra (PDT), deputado estadual que tinha o aval do governador Jaime Lerner; e Antonio Carlos Pupulim (PMDB), presidente da Câmara dos Vereadores.

O apoio a Joel teria sido acertado em troca de recursos do Estado para a construção da rodoviária. Jairo era nome novo na política partidária, depois de presidir o Clube Olímpico por mais de 20 anos. Já o médico Pupulim forçou sua candidatura sem ter estrutura e nem grupo para disputar. Nessa eleição, o PT mostrou um crescimento inédito, com a candidatura de José Cláudio atingindo um bom percentual de votos.

Coube a Joel Coimbra confrontar diretamente a família Barros, enquanto Jairo Gianoto apostou na bandeira da paz, criticando as constantes brigas entre os políticos maringenses. Com tantas frentes contrárias, Sílvio Barros conseguiu ficar apenas em segundo lugar. Gianoto foi eleito com 35,42% dos votos.

Quadro 11 - Eleição para prefeito em 1996

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Jairo Gianoto	PSDB	48.888	35,42%
Sílvia Barros	PFL	36.635	26,54%
Joel Coimbra	PDT	27.934	20,24%
Antonio Carlos Pupulim	PMDB	11.405	8,26%
José Cláudio	PT	10.597	7,67%
Assendino Santana	PRP	917	0,66%
Ary Jacomossi	PL	709	0,51%
Nilton Cezar Servo	PMN	529	0,38%
Antonio Picoli Sobrinho	PV	385	0,27%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Mas a família Barros não foi a única derrotada nas eleições. A vitória de Jairo Gianoto pouco representou para Said Ferreira, que tentou ser deputado federal em 1998 e não teve apoio do prefeito. Ao contrário, foi esquecido pelo ex-aliado e amargou uma votação inexpressiva para quem, dois anos antes, ainda era um grande líder. Entre tentativas de voltar a ser protagonista, Said chegou a filiar-se ao PCdoB, onde ficou pouco tempo, sem qualquer destaque.

Said era tão imprevisível, que além de ter trocado a Arena pelo MDB na década de 70, ainda surpreendeu a política paranaense quando, em 1994, apoiou Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, na disputa inglória contra Fernando Henrique Cardoso, que navegava nas ondas do sucesso do Plano Real. Então prefeito, trouxe Lula para Maringá e fez algo impensável até pelos petistas. Organizou um encontro do Movimento dos Sem-Terra (MST), em plena praça da Catedral. Ajudou a pagar ônibus e bancou alimentação. Aos assessores mais próximos, dizia que Lula ainda seria presidente. Repetiu isso no Cine Horizonte, onde protocolarmente participou de um encontro de lideranças da região com Fernando Henrique.

De volta ao comando do Hospital São Marcos e sem força na política, Said Ferreira morreu em 4 de julho de 2010, durante uma cirurgia do coração, em São Paulo.

3.8 O PREFEITO DO GRANDE ESCÂNDALO: JAIRO GIANOTO

Muitos foram os momentos de crise na Prefeitura de Maringá, mas poucos resultaram em escândalo como o protagonizado por Jairo Gianoto. Sob a proteção de Said Ferreira, chegou ao cargo com certa popularidade. Havia sido presidente do Clube Olímpico e teve todas as condições para se destacar no Saop, cumprindo uma agenda de asfaltamento que Said

criou para os bairros. Começou a se destacar na Autarquia em 1993, quando a prefeitura recuperou o asfalto de 50 por cento da cidade, com empréstimo do Governo do Estado. Não era tapa-buraco, era asfalto novo.

A fama de bom gerente de obras ajudou Gianoto a ganhar a eleição, mas foi desaparecendo logo no primeiro ano. Sem bons contatos políticos, já brigado com Said e dependente do auxílio de Ricardo Barros na Câmara Federal, Jairo concluiu a rodoviária, que recebera quase pronta, e continuou o rebaixamento da linha férrea, no Novo Centro. Em parceria com o governo federal, fez o viaduto no cruzamento das Avenidas Colombo e Guaiapó, mas a obra demorou tanto e trouxe tantos prejuízos para a região, que não houve clima sequer para uma inauguração solene.

Na tentativa de aumentar a arrecadação e inovar na administração, privatizou a cobrança de impostos atrasados e implantou o sistema de parquímetro para controlar o estacionamento regulamentado de veículos na Zona Verde, área central da cidade. O que conseguiu foi deixar motoristas revoltados pelas taxas extorsivas da administradora do sistema, a Tecpark. Passou a ser rotina xingamentos e até tentativas de agressão no escritório da empresa.

Pior foi a ação da empresa contratada para cobrar impostos. O município deveria pagar comissão por imposto em atraso pago à terceirizada. A medida seria para recuperar créditos considerados perdidos, de impostos antigos, mas a empresa passou a receber comissão sobre todos os atrasados, mesmo as parcelas de IPTU vencidas há um ou dois dias. O abuso cresceu de tão forma que o município recusava-se a receber impostos com qualquer atraso, obrigando o contribuinte a procurar o escritório da empresa. Longas filas se formavam na sede, na Rua Joubert de Carvalho.

Apesar dessas manobras, ainda faltava dinheiro na Prefeitura. O problema não era político, porque o prefeito tinha total apoio dos veículos de comunicação, onde despejava mensalmente uma boa quantia de dinheiro. Também não estava na Câmara, onde Gianoto mantinha, à custa da oferta de cargos e de muitos favores, uma folgada maioria dos 21 vereadores.

A única oposição que enfrentou foi na TV Maringá, Rede Bandeirantes, onde o jornalismo apurava as denúncias e divulgava no Jornal do Meio-Dia ou no Maringá em Pauta, programas que eu apresentava. Esse problema foi resolvido no começo do ano 2.000, meses antes das eleições municipais. Jairo Gianoto simplesmente comprou o horário do jornal da emissora, prometendo R\$ 400 mil reais, em 8 parcelas de R\$ 50 mil. Formalizei uma denúncia no Ministério Público e o pagamento da primeira parcela compôs um dossiê

investigado pelo promotor José Aparecido da Cruz, recém-chegado a Maringá, depois de comandar uma grande operação contra a corrupção em Foz do Iguaçu.

O promotor começou a receber denúncias de muitos adversários de Gianoto, a começar por Said Ferreira, inconformado com o abandono a que foi relegado após a eleição do seu afilhado político. O ex-vereador Euclides Zago foi outro opositor implacável, a ponto de fazer várias viagens ao Mato Grosso para investigar fazendas compradas e silos construídos nas propriedades do prefeito.

3.9 PT GANHA APOIO DA ELITE: JOSÉ CLÁUDIO PREFEITO

Foi nesse ambiente tenso que Gianoto começou a campanha pela reeleição, enfrentando Cida Borghetti (PPB), mulher de Ricardo Barros; Doutor Manoel Batista (PTB), médico eleito vereador com apoio da Igreja Católica; Sílvio Name Júnior (PMDB), filho de milionário empresário e cartorário; José Cláudio Pereira (PT), empresário e advogado; Ulisses Maia (PPS), advogado e vereador; João Ciof (PAN), dono do da RTV Canal 10; Inês de Castro (PSTU), estudante; e o persistente Assendino Santana (PRP), aposentado.

Não faltava dinheiro e nem tempo na televisão para a campanha de Jairo Gianoto, mas 30 dias antes das eleições ele foi comunicado que era alvo de investigação do Ministério Público. Desorientado, pediu apoio do senador Osmar Dias, companheiro de partido. Osmar o orientou a autorizar a quebra do sigilo bancário e apareceu no horário eleitoral gratuito defendendo sua honestidade.

Sem concentrar-se na administração e sem ânimo para pedir votos, Jairo Gianoto deixou de comparecer a vários compromissos de campanha. Enquanto isso, os adversários intensificavam os ataques. O maior deles veio de Sílvio Name Júnior, que num debate perguntou ao prefeito de onde vinha o dinheiro do seu secretário de Fazenda, Luiz Antonio Paolicchi. A resposta ficou engasgada na fala confusa do prefeito.

Figura 20 - Luiz Antonio Paolicchi e Jairo Gianoto



Fonte: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson (ACIM, 1995).

A desconfiança chegou à população e cresceu o clima de mudança, favorecendo a onda de crescimento do PT. O partido que já havia governado Londrina teve uma votação expressiva em Curitiba, venceu em Ponta Grossa e Sarandi. Em Maringá, José Cláudio evitou a radicalização do discurso e foi para o segundo turno com Doutor Batista. Jairo Gianoto ficou em terceiro lugar e Cida Borghetti em quarto.

Quadro 12 - Eleição para prefeito de 2000 – 1º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
José Cláudio	PT	40.663	25,54%
Doutor Batista	PTB	39.281	24,67%
Jairo Gianoto	PSDB	35.158	22,08%
Cida Borghetti	PPB	22.931	14,4%
Sílvio Name Júnior	PMDB	13.157	8,26%
Ulisses Maia	PPS	6.371	4%
João Cioffi	PAN	872	0,54%
Assendino Santana	PRP	649	0,4%
Inês de Castro	PSTU	123	0,07%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

No segundo turno, o arrastão vermelho das estrelas do PT garantiu uma folgada vitória de José Cláudio, que teve 69,7% dos votos. Doutor Batista pouco fez crescer a votação do primeiro turno. Pela primeira vez o PT assumiria a Prefeitura de Maringá.

Quadro 13 - Eleição para prefeito em 2000 – 2º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
José Cláudio	PT	107.320	69,7%
Doutor Batista	PTB	46.659	30,3%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Mas não foi apenas com a venda de estrelinhas e camisetas que José Cláudio ganhou a eleição. No segundo turno, o petista teve apoio explícito dos empresários, inclusive com dinheiro para a campanha. Jorge Tranjan, ex-presidente da Urbamar, homem de confiança de Said Ferreira, teve a ajuda do empresário Atair Niero para bater às portas de grandes empresas, principalmente empreiteiras, e garantir o fôlego financeiro que o PT precisava na reta final. Do outro lado, Doutor Batista ficou apenas com o apresentador de televisão Carlos Roberto Massa, o Ratinho, dono de grande audiência no SBT de Sílvio Santos. A maior parte do dinheiro da campanha vinha do grande agricultor Dorival Agulhon.

Além do dinheiro da elite empresarial, o petista ainda abraçou a causa das forças conservadoras. O plano de governo de José Cláudio foi concebido dentro da Associação Comercial e Industrial de Maringá, através do Codem. Ênio Verri, um dos principais coordenadores da campanha, era bastante ligado ao empresário Jefferson Nogaroli, presidente da ACIM e vice-presidente do Codem. Foi ele o elo entre o PT e os poderosos do PIB maringaense. O próprio José Cláudio era empresário, dono da fábrica Del Rey Colchões. Sempre enfrentou grandes dificuldades financeiras até que a empresa sofreu um incêndio durante a disputa do segundo turno. Nada sobrou, além das suspeitas nunca confirmadas. De um lado, Ratinho insinuava que o incêndio teria partido do próprio José Cláudio. Do outro, os petistas deixavam no ar a suspeita de que o fogo foi provocado pelos adversários.

Com o segundo turno praticamente ganho, José Cláudio aproximou-se ainda mais dos empresários, repetindo a estratégia da direção nacional do PT. Luiz Inácio Lula da Silva, derrotado nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, já apontara o novo caminho ao indicar que o futuro do partido estava nas alianças com as classes dominantes. Foi assim que, dois anos depois, Lula tornou-se Presidente da República tendo como vice o liberal José Alencar, poderoso industrial do ramo têxtil.

Não foi muito diferente com José Cláudio, que embora tenha vencido com chapa pura do PT, tendo o professor João Ivo Caleffi na vice, também amenizou as ações do partido, até então radicais. Ciente da dificuldade para enfrentar a tradicional máquina política, José Cláudio era o comandante-maior e praticamente não fez oposição nos quatro anos de Jairo Gianoto. Negou-se, por exemplo, a ser um dos signatários das denúncias contra o prefeito,

que ainda antes da campanha eleitoral chegaram ao Ministério Público. Decepcionado com a negativa petista, Osvaldo Reis também cunhou uma frase para definir a atitude do petista: “*Quer ser herdeiro da coragem alheia*”.

Corajosa ou não, a estratégia deu certo e José Cláudio venceu a eleição com um plano de governo denominado Um novo modo de governar Maringá. Prometia implantar “mecanismos públicos de controle sobre a ação de governo, e também novos mecanismos de participação e de decisão que vão permitir transparência no funcionamento da máquina e maior interferência dos cidadãos (Revista ACIM, n. 398, 2000, p. 11).

O discurso de Jeferson Nogarolli, após a vitória de José Cláudio, refletiu a participação da ACIM e do Codem nas eleições:

Nesses anos todos comendo a diretoria (e agora ocupando a presidência) da ACIM, aprendi uma lição vital. A de que a sociedade organizada é forte o suficiente para alterar os rumos da história. Acho que o melhor exemplo a ser citado é o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), que hoje integra mais de 200 representatividades locais e é ponto de referência na cidade e região. Tenho dito e ouvido que o Codem foi o grande vencedor dessas eleições (Revista ACIM, n. 400, 2000, p. 3).

O professor Carlos Anselmo Corrêa, sócio do Colégio Nobel e diretor da ACIM, foi na mesma linha:

Foi ele, o Codem, o grande vitorioso da nossa eleição municipal, visto ter sido reconhecido por todas as candidaturas como instância deliberativa para a política maringaense de desenvolvimento econômico. Ao aceitar esta realidade, admite-se também que o principal fator para a justiça social, para a eliminação das desigualdades, para propiciar o acesso universal à educação e à saúde, temas tão comuns nas falsas promessas políticas, é o crescimento econômico sério e bem planejado, que não esteja condenado a sofrer rupturas por questões ideológicas, partidárias e, em especial, para atender a interesses de pequenos grupos (Revista ACIM, n. 400, 2000, p. 38).

Como não bastavam apenas agrados ideológicos, o PT também prometeu recursos para o desenvolvimento da cidade. José Cláudio garantiu aos empresários que manteria o repasse de 2% do orçamento do município destinados ao Codem, para financiamento de iniciativas privadas.

Mas até a posse de José Cláudio, em 1 de janeiro de 2001, a cidade ainda viveria fortes emoções. Na semana seguinte ao segundo turno, o promotor Cruz divulgou o resultado das investigações e respondeu à população a pergunta de Sílvio Name Júnior a Jairo Gianoto sobre a origem da fortuna do secretário Luiz Antonio Paolichi. O dinheiro saíra dos cofres do município.

Eclodia eclodiu o maior escândalo da história política de Maringá. Acusado de desviar dezenas de milhões de reais da Prefeitura, Paolichi fugiu e passou a ser procurado pela Interpol. Foi preso 51 dias depois, escondido em Santa Catarina. Foi condenado a 11 anos e oito meses de prisão e ficou na penitenciária até abril de 2005, quando ganhou liberdade condicional.

Fora da prisão e com os bens bloqueados, Paolichi passou a viver com dificuldades financeiras. No dia 27 de outubro de 2011 foi assassinado com dois tiros no rosto e teve o corpo deixado dentro de um carro, na zona rural de Maringá. Principal acusado pelo crime, Wagner Eizing Ferreira Pio, namorado do ex-secretário, foi condenado a 14 anos de prisão. Outros dois parentes de Wagner também foram condenados por participação no homicídio.

Acabou, assim, a história do simples contador, promovido a secretário de Fazenda, que comandou o desvio de mais de R\$ 100 milhões do município, organizando um caixa 2 que o enriqueceu e ajudou a bancar campanhas eleitorais de vereadores, prefeitos, deputados e até governadores.

Jairo Gianoto, por sua vez, licenciou-se do cargo de prefeito a 80 dias do final do mandato, deixando a cidade sob o comando do presidente da Câmara de Vereadores, João Alves Corrêa, o *John*. Logo depois foi embora para o Mato Grosso e raramente é visto em Maringá. Em uma de suas raras aparições na cidade, a ex-primeira-dama Neusa Gianoto foi reconhecida e expulsa a gritos e palavrões de clientes, quando fazia compras em uma loja de calçados.

Condenado a 14 anos de prisão, Gianoto ainda é beneficiado por uma série de recursos que tramitam há mais de uma década entre o Fórum de Maringá, Tribunal de Justiça do Paraná e Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre. Vive tranquilamente na sua fazenda, em Nova Mutum, à espera da prescrição dos seus crimes.

3.10 MORTE DO PREFEITO E PT DIVIDIDO

Quando assumiu a Prefeitura, José Cláudio montou uma equipe com nomes do próprio PT. Os secretários foram escolhidos pela participação na campanha, a maioria oriunda da Universidade Estadual de Maringá. Alguns assessores vieram de outros Estados, indicados pela direção nacional do partido. Já antes de assumir, o prefeito mostrou que não faria um governo radical e trabalhou para que Valter Guerles, vereador eleito pelo grupo de Jairo Gianoto, fosse o presidente da Câmara.

Com os cofres do município esvaziados pela corrupção e negligência, a primeira providência do prefeito foi entrar com centenas de ações cobrando impostos atrasados, a maioria contra proprietários de áreas em bairros nobres. No terceiro mês de gestão, José Cláudio anunciava que as finanças começavam a voltar à normalidade:

Tapamos os ralos do desperdício e da corrupção abertos na gestão anterior e com o que arrecadamos de IPTU no início da gestão já podemos tocar o barco.

A prioridade da administração petista era a educação. Os prédios das novas escolas eram de ótima qualidade, como o da Escola Municipal Laura Bossolan, na Vila Esperança, ou da Escola Paulo Freire, em Iguatemi. Foram construídas novas creches, reformadas e ampliadas escolas para que tivessem o mesmo padrão. O PT também criou o kit uniforme, com distribuição de camisetas, shorts e blusas.

Mas a administração de José Cláudio foi tragicamente interrompida. Em maio de 2002 o prefeito licenciou-se pela primeira vez para tratamento contra um câncer de intestino. Voltou ao cargo depois de quatro meses e quatro cirurgias. Afastou-se novamente para uma série de sessões de quimioterapia e mais uma cirurgia. Chegou a voltar ao cargo, mas era alimentado por soro e despachava no escritório montado em casa. Em agosto de 2003 deixou o cargo para não mais voltar. Morreu em 16 de setembro de 2003 e teve o corpo velado no Ginásio de Esportes Valdir Pinheiro, construído na sua gestão. O vice, professor João Ivo Caleffi, deixou de ser interino para completar mais 470 dias de mandato.

Figura 21 - José Cláudio, já doente, recebe a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva



Fonte: acervo da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Maringá, 2003.

Ao sepultar José Cláudio, o PT começou a enterrar também a chance de voltar a vencer a eleição para prefeito. Na gestão os resultados eram de razoáveis a bons,

principalmente pela forte atuação na periferia, onde os investimentos do município eram amplamente discutidos com a comunidade, no chamado Orçamento Participativo. Na saúde, se o atendimento não era o esperado, também não era pior do que nas administrações anteriores.

As obras de estrutura não foram muitas, mas dada à penúria financeira em que estava o município, tiveram algum destaque. João Ivo licitou a construção da Avenida Horácio Raccanello Filho, que passou sobre os trilhos rebaixados, no Novo Centro. Também reservou 200 alqueires para a implantação do Tecnoparq, um parque que seria voltado às empresas de tecnologia.

Se a gestão não foi brilhante, também não teve grande rejeição da população. Ao contrário, havia até uma grande possibilidade de João Ivo ser eleito em 2004. Mas a ausência do articulador José Cláudio pesou. O PT se dividiu entre os que desejavam a continuidade do vice e os que apoiavam o secretário de Fazenda, Ênio Verri. Em convenção muito disputada, João Ivo foi escolhido o candidato.

Com pouco traquejo político e quase nenhuma liderança, João Ivo enfrentou uma concorrência de peso. Contra os petistas estavam a força da classe média descontente com a gestão do partido e os políticos que buscavam o comando da terceira maior cidade do Estado. João Ivo teve como adversários Doutor Batista (PTB), Sílvio Barros II (PP), Edmar Arruda (PPS), Wilson Quinteiro (PSB), João Batista Beltrame (PV), Nilson Santos (PSC) e Rogério Mello (PTC).

Embora a convenção dividida tenha deixado marcas, o PT juntou as correntes para tentar a reeleição de João Ivo. Faltou, porém, a simpatia dos empresários, o que não seria problema se o candidato fosse Ênio Verri. Na análise da ACIM, os petistas trocaram a segurança de um plano de governo alinhado com a elite empresarial para apostar numa candidatura com pouca representatividade política e eleitoral, alavancada somente pela máquina petista que comandava a Prefeitura.

Na visão da força do PIB, Ênio seria o sucessor natural de José Cláudio. Mas não era o que pensava a maioria dos filiados do PT, que na convenção optou pelo vice-prefeito. Naquele momento, os petistas jogaram no colo do grupo de Ricardo Barros o apoio da elite empresarial. Sílvio Barros II, além de família tradicional, também era da ACIM.

Pode ter faltado apoio ideológico, mas não faltou dinheiro para a campanha de João Ivo. Com ajuda da direção nacional do partido, embalada pelo governo Lula, teve até comício na Avenida Brasil com a dupla Zezé di Camargo e Luciano. Pela primeira vez na história do PT maringaense surgiram também os cabos eleitorais remunerados, que desfilavam com suas

bandeiras vermelhas e distribuía estrelinhas aos eleitores. O tempo de vender boton a R\$ 1 ficara definitivamente para trás.

No primeiro turno, João Ivo liderou com 28,41% dos votos, o que o colocava em situação relativamente confortável para o segundo turno. O adversário seria Sílvio Barros, que teve 24,6%.

Quadro 14 - Eleição para prefeito em 2004 – 1º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
João Ivo	PT	49.076	28,41%
Sílvio Barros	PP	43.133	24,6%
Doutor Batista	PTB	37.557	21,47%
Edmar Arruda	PPS	25.915	14,81%
Wilson Quinteiro	PSB	10.033	5,74%
Joba	PV	7.799	4,46%
Nilson Santos	PSC	640	0,37%
Rogério Mello	PTC	156	0,09%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral.

3.11 O RETORNO DA FAMÍLIA BARROS: SÍLVIO PREFEITO

O fiel da balança no segundo turno seria Doutor Batista, bem votado no primeiro turno. O candidato do PTB manteve-se neutro até menos de uma semana antes da votação, quando declarou apoio a João Ivo. Wilson Quinteiro já havia anunciado esse caminho no decorrer da apuração do primeiro turno. Essa composição apontaria para uma vitória do petista, mas a estratégia de campanha de Sílvio Barros II, comandada pelo irmão Ricardo, foi mais agressiva e eficiente.

Enquanto João Ivo tentava mostrar as realizações do mandato, em discurso apenas propositivo, o grupo Barros partiu para o ataque mostrando as promessas não cumpridas nos quatro anos de mandato do PT. A cada promessa não cumprida a propaganda do PP batia um carimbo de “**MENTIRA**”, assim mesmo, com letras maiúsculas em vermelho.

Mas ainda não foram esses os maiores ataques a João Ivo. O tiro fatal na campanha do petista partiu de dentro das suas bases. Inconformada com o que considerava um abandono, Maria Aparecida Beraldo Pereira, a mãe de José Cláudio, apareceu na televisão apoiando Sílvio Barros. Terezinha Beraldo Pereira, irmã do prefeito falecido, foi quem articulou a mudança de lado. O motivo seria a demora para que fossem resolvidas pendências financeiras

do tratamento hospitalar do prefeito. “*Faltou humildade a eles (o PT)*”, justificou Dona Maria Aparecida.

Figura 22 - Dona Maria Aparecida Beraldo Pereira com Sílvio Barros II



Fonte: Andye Iore (GAZETA DO POVO, 26.10.2004, p. 7).

Era o que faltava para inflamar a classe média, comerciantes e pequenos empresários descontentes com a ação fiscalizatória e o pouco diálogo de João Ivo com as entidades de classe. Enquanto atendia movimentos sociais e debatia investimentos na periferia, o prefeito distanciou-se dos comandantes da economia. Mas os problemas da campanha do PT foram além da decepção da família de José Cláudio. Faltou também experiência político-eleitoral para viabilizar as alianças no segundo turno. João Ivo conduziu as conversas pessoalmente, assessorado apenas pelo chefe de gabinete, o ex-procurador-geral do município, Alaércio Cardoso. Cometeu o grave erro de considerar a eleição ganha.

Até a última semana do segundo turno, praticamente desprezou o apoio do Doutor Batista, que tivera mais de 20% dos votos. Retomou a conversa com o candidato do PTB somente depois de as pesquisas apontarem um crescimento avassalador de Sílvio Barros II. A declaração efetiva de aliança com Batista veio a apenas seis dias da votação, numa operação que contou até com a participação do presidente nacional do PTB, deputado Roberto Jeferson, do Rio de Janeiro, o mesmo que pouco tempo depois detonou o escândalo do mensalão.

Sobre o mensalão, aliás, vale revelar uma passagem na campanha de Batista. Eu coordenava a campanha do candidato do PTB e procurei Jeferson para que cumprisse a promessa de colaborar com R\$ 200 mil do partido. Foi no dia 7 de setembro de 2004. Depois de muitas desculpas, o deputado disse que não poderia concretizar a doação porque o PTB não havia recebido uma parcela de R\$ 5 milhões do acordo feito com José Dirceu, homem forte do Governo Lula:

O Zé disse que não está conseguindo viabilizar a conversão de dólar para real, porque a Polícia Federal está em cima deles. Só consegui uma parte do dinheiro, que transferei para os candidatos das capitais. Então, vocês de Maringá não vão receber.

Fiel à aliança com o PT, Roberto Jeferson pediu minha ajuda para convencer o Doutor Batista a apoiar João Ivo. Na época eu morava no Rio de Janeiro, mas havia coordenado a campanha do candidato do PTB. Da operação participou também Flávio Martinez, vice-presidente nacional do partido e dono da rede de televisão CNT, onde eu trabalhava.

O apoio foi viabilizado, mas chegou tarde. Atônito, João Ivo e sua equipe viram a vitória de Sílvio Barros, com seis pontos percentuais de diferença.

Quadro 15 - Eleição para prefeito em 2004 – 2º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Sílvio Barros	PP	92.052	53,51%
João Ivo	PT	79.983	46,49%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Figura 23 - João Ivo perdeu a eleição no segundo turno



Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Maringá, 2004.

A família Barros voltou ao poder, depois de Ricardo Barros ter encerrado o mandato de prefeito escapando por uma janela da prefeitura.

3.11.1 Projeto de poder para 20 anos

Os Barros não voltaram para ficar pouco tempo no poder. Em 2008, Sílvio se reelegeu no primeiro turno, sem grande dificuldade. Com um “condomínio” de 14 partidos, o candidato do PP teve 57,02% dos votos.

Quadro 16 - Eleição para prefeito em 2008 – 1º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Sílvio Barros	PP	104.820	57,02%
Ênio Verri	PT	40.226	21,89%
Wilson Quintero	PSB	14.457	7,87%
João Ivo Caleffi	PMDB	12.610	6,86%
Doutor Batista	PMN	10.198	5,55%
Ana Pagamunici	PSTU	1.195	0,65%
Claudemir Romancini	Psol	253	0,14%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Com o irmão reeleito, Ricardo Barros refez os planos e, em 2010, disputou uma das duas vagas no Senado. Foi derrotado por Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB), mas não perdeu poder. Foi ser secretário de Indústria e Comércio do Governo Beto Richa, enquanto sua mulher, Cida Borghetti, assumiu seu lugar na Câmara Federal, embora na prática o comando da articulação do gabinete da deputada fosse do marido.

Com a ajuda do irmão mais poderoso, Sílvio conseguiu recursos para obras importantes. Concluiu o trecho central do rebaixamento da linha férrea, estendendo até perto da saída para Sarandi. Também fez cerca de 70% do Contorno Norte, aproveitando recursos do Governo Federal, além de várias escolas e creches, assumindo a municipalização do ensino fundamental. Outra obra que marcou o governo Sílvio Barros foi o Parque do Japão. Criou, ainda, a Guarda Municipal.

Com tranquilidade administrativa e apoio irrestrito de 11 dos 15 vereadores, Sílvio teve um segundo mandato burocrático, marcado pelas constantes viagens, a maioria internacionais. A administração foi entregue a José Luiz Bovo, ex-prefeito de São Jorge do Ivaí, que transformou-se no homem mais poderoso da Prefeitura, comandando com mão de ferro e boa dose de autoritarismo, a pasta da Fazenda e Gestão.

Com esse ambiente desfavorável, o PT tentou voltar ao poder em 2012, outra vez com o agora deputado federal Ênio Verri. A disputa não era mais com alguém de sobrenome

Barros e sim com um “preposto” da família. Carlos Roberto Pupin, vice nos dois mandatos de Sílvio, foi o escolhido para ser o *poste* e manter o grupo de Ricardo à frente da Prefeitura.

Desde o início a campanha marcou uma polarização entre PP e PT, porque nenhum outro candidato ao menos ameaçava a disputa entre Pupin e Ênio. Com a força do PT e a máquina federal ao seu lado, Ênio Verri fez 35,02% dos votos, mas foi superado pela estrutura dos Barros, que deu a Pupin 42,36%.

Quadro 17 - Eleição para prefeito em 2012 – 1º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Carlos Roberto Pupin	PP	82.995	42,39%
Ênio Verri	PT	68.624	35,02%
Wilson Quinteiro	PSB	20.661	10,54%
Doutor Batista	PMN	11.411	5,82%
Maria Iraclezia	DEM	10.259	5,24%
Hércules Ananias	PSDC	1.030	0,53%
Débora Paiva	Psol	953	0,49%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

3.12 A ELEIÇÃO DO *POSTE*: CARLOS ROBERTO PUPIN

No segundo turno, repetiu-se o discurso que provocou o insucesso do PT nas eleições de 2008. Ênio Verri evitou o confronto direto com Pupin, apostando nos feitos do PT em nível federal e nas propostas voltadas principalmente à educação, saúde e geração de empregos. Nas raras vezes em que o petista ameaçou um ataque mais incisivo ao candidato de Ricardo Barros, precisou explicar as relações estreitas que o PT mantinha com o deputado do PP. Basta dizer que Ricardo tinha sido vice-líder do governo na Câmara Federal.

Essa relação era constantemente lembrada por Ricardo Barros, como nas vezes em que a obra do Contorno Norte foi citada pelas suspeitas de superfaturamento ou criticada pelo grande atraso. Ricardo repetia que o Contorno Norte era fruto de uma “sociedade” entre o PT e o PP em Maringá: “*Nós somos sócios na obra do Contorno*”.

Assim, com poucos argumentos para marcar presença como oposição de verdade, Ênio Verri perdeu o segundo turno para Pupin, que obteve 53% dos votos, contra 47% do petista.

Quadro 18 - Eleição para prefeito em 2012 – 2º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Carlos Roberto Pupin	PP	104.482	53%
Ênio Verri	PT	92.646	47%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

O *poste* escolhido por Ricardo garantiu ao deputado o direito de comandar a Prefeitura por mais quatro anos e a “parceria” com o PT foi mais uma vez notada na inauguração do Contorno Norte, no dia 14 de janeiro de 2014, com a presença da então ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro dos Transportes, César Borges.

Figura 24 - Gleisi Hoffmann (PT) discursa na inauguração do Contorno Norte, ao lado do prefeito Carlos Roberto Pupin e do ministro César Borges



Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Maringá, 14.01.2014.

Parcerias em obras como a do Contorno Norte não foram, porém, suficientes para que o PT atraísse o apoio dos Barros nas eleições de 2014. Até poucos dias antes da definição das coligações, Ricardo Barros ainda leiloava o PT para os candidatos que disputariam o Governo do Estado. Nos últimos momentos, retirou a candidatura de Sílvio Barros, que criara apenas para usar como instrumento de pressão, e emplacou Cida Borghetti na vice do governador Beto Richa, favorito na corrida pela reeleição.

Com o irmão fora do jogo, Ricardo encontrou espaço para eleger a filha, Maria Victoria, deputada estadual. Ele próprio voltou a eleger-se deputado federal e ainda viu a mulher ser vice-governadora do Estado, depois de Richa vencer no primeiro turno. Não

satisfeito, em 2015 voltou a ser vice-líder do Governo na Câmara Federal, convidado pela presidente Dilma Rousseff.

O jeito Ricardo Barros de ser voltou a ser mostrado em 2016, durante o processo de *impeachment* de Dilma. Dias antes da votação que decidiria o afastamento da Presidente, o deputado ainda era vice-líder do governo. Afastou-se somente depois de muita negociação com o vice Michel Temer, que assumiria o Palácio do Planalto no que os petistas classificaram como um golpe. Seguindo os passos do poder, Ricardo afastou-se da Câmara dos Deputados em 2016 para ser ministro da Saúde, em negociação que envolveu o apoio do PP ao governo de Temer.

3.13 A MUDANÇA COM 40 SEGUNDOS: ULISSES MAIA

A promoção ao mais alto cargo federal ocupado por um político de Maringá traria uma inesperada consequência, já em 2016. Com domínio absoluto da Câmara Municipal e o controle sobre 11 dos 15 vereadores, Ricardo dedicou-se pouco às eleições para a Prefeitura. Lançou mais uma vez o nome do irmão Sílvio Barros e voltou a formar uma gigantesca coligação de 15 partidos, entre eles PSDB e PMDB, que tinham o maior tempo de televisão.

O PT, principal adversário nas duas últimas eleições, estava esfacelado pela perda do governo federal e o grande escândalo de corrupção escancarado pela Operação Lava Jato. Alguns dos seus líderes já estavam presos e os petistas locais pagavam o preço, embora nenhum tivesse o nome citado nos processos conduzidos pelo juiz Sérgio Moro.

Quem poderia derrotar Sílvio Barros? Ênio Verri preferiu não voltar a disputar e sobrou para o vereador Humberto Henrique, apoiado pelo PCdoB. Filiado ao PDT na última hora, depois de ter as portas fechadas em várias siglas por ação de Ricardo Barros, o também vereador Ulisses Maia lançou a candidatura com o apoio apenas do PV, com poucos segundos de propaganda eleitoral, PPL e PEN, ambos sem direito a qualquer tempo.

Ulisses rebelou-se depois de oito anos ao lado do grupo dos Barros e na Câmara foi ferrenho opositor do prefeito Carlos Roberto Pupin. O persistente Wilson Quinteiro (PSB) voltou a ser candidato e das eleições participaram também Flávio Vicente (Rede), Priscila Guedes (PSTU), Investigador Nilson (PSOL) e Herculano Ferreira (PTdoB).

O quadro era perfeito para a família Barros garantir o comando da Prefeitura por mais quatro anos. Sílvio tinha mais de cinco minutos no rádio e televisão, enquanto Humberto Henrique ficou com pouco mais de dois minutos, assim como Wilson Quinteiro. A Ulisses

Maia coube apenas 40 segundos. Foi essa a campanha que assumi como coordenador de marketing, ou simplesmente “marqueteiro”.

Com as pesquisas indicando 43% das intenções de voto, Sílvio precisava apenas esperar a exposição na mídia para vencer no primeiro turno. Essa era a estratégia do PP, já acomodado com a ampla vantagem de tempo no horário eleitoral gratuito, recursos para a campanha e centenas de nomeados em cargos de confiança que se desdobravam na campanha.

Havia, porém, uma novidade na campanha. O índice de rejeição a Sílvio sempre manteve-se em torno de 35%, altíssimo risco se a eleição não fosse decidida no primeiro turno. De qualquer forma, uma posição muito cômoda, haja vista a dificuldade de os adversários organizarem campanhas sem dinheiro, contra uma máquina grande e poderosa. Era um inglória luta de Davi contra Goliás. Ulisses Maia e Humberto Henrique partiram para um ataque inédito, com críticas constantes, auxiliados pelo Investigador Nilson e Priscila Guedes, que mal conseguiam recursos para produzir os programas de TV, repetidos à exaustão por falta de novas gravações.

Se Flávio Vicente e Wilson Quinteiro não tinham disposição para o confronto, Ulisses e Humberto pautaram a campanha em críticas, embora com estratégias diferentes. Ulisses, com apenas 40 segundos, desprezou todos os recursos de produção e apostou no discurso direto, objetivo, apontando as falhas e centrando no autoritarismo do governo PP. Sem vinhetas, *jingle* ou participação de qualquer outra pessoa no programa, entrou só com a cara e a coragem.

A campanha de Ulisses foi de discurso puro. Repetia que Maringá não é de uma família ou de um grupo e que era preciso devolver a cidade aos maringaenses. Humberto Henrique, por sua vez, tentou aproveitar o tempo maior de propaganda para apresentar propostas e apontar o que considerava ruim na administração dos Barros. Perdeu-se na falta de um roteiro mais planejado para mostrar que além de ficha limpa e conduta irrepreensível como político, era um candidato com boas ideias e coragem para enfrentar os Barros.

Com a desigualdade de recursos financeiros e tempo na propaganda eleitoral gratuita, a campanha ficava equilibrada somente nos debates na televisão. Na reta final, com maior audiência, interesse dos eleitores e grande repercussão nos veículos de comunicação, Sílvio Barros passou a ser o alvo principal dos quatro opositoristas. De vez em quando Wilson Quinteiro, que aparecia em segundo ou terceiro nas pesquisas, também precisava se explicar.

No embate mais marcante, na RIC TV, Sílvio Barros acusou Ulisses de ser corresponsável pelos erros da administração do PP, porque por muito tempo foi Chefe de Gabinete da Prefeitura. Foi quando recebeu a resposta que era de domínio público, mas nenhum candidato tinha a coragem de explicitar. Disse Ulisses:

Eu era Chefe de Gabinete, mas você sabe muito bem que não tinha qualquer poder de decisão. Quem mandava era você, que era prefeito. Ou melhor, você não. Quem mandava mesmo era o Ricardo e todo mundo sabe disso.

A resposta passou a ser mote de campanha e fragilizou Sílvio na reta final. A cidade inteira sabia que politicamente ele sempre foi comandado pelo irmão, assim como seu sucessor, Carlos Roberto Pupin. A interferência era tamanha que viraram rotina as reuniões de Ricardo Barros com secretários municipais, convocados a comparecer ao escritório da Avenida Prudente de Moraes para receberem ordens administrativas. Nada de importante acontecia na Prefeitura sem a anuência do deputado. Fiel escudeiro de Ricardo, o secretário de Fazenda e Gestão, José Luiz Bovo, sempre mandou mais do que o prefeito.

Era inevitável que a rejeição a Ricardo Barros, que nunca fez questão de ser simpático ou carismático, algum dia chegasse ao irmão. Soma-se a essa análise o desgaste natural de um governo que completava 12 anos marcado por vários confrontos, os maiores deles com os mais de 12 mil servidores municipais. Bovo, o poderoso-chefão da Prefeitura, fazia questão de anunciar aos quatro cantos do Paço que não gostava de servidor público. Até por isso, inchou a gestão com centenas de cargos de confiança nos principais postos. Acreditava que sem CCs a administração não andaria.

Com esses pontos negativos, o candidato do PP não conseguia crescer nas intenções de voto. Ao contrário, caiu a 39% e estacionou até a última semana. Ao perceber que a eleição não estava ganha, Ricardo Barros passou a sair do Ministério da Saúde e vir pessoalmente a Maringá coordenar as ações. Era tarde, porque nos últimos 15 dias, enquanto Humberto Henrique não decolava, Ulisses Maia disparou, saindo dos 18%, onde se mantinha em empate técnico com Wilson Quinteiro, para chegar próximo dos 30%, graças principalmente à boa performance nos debates e às mensagens diretas e certeiras no programa eleitoral.

Quadro 19 - Eleição para prefeito em 2016 – 1º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Sílvio Barros	PP	77.196	39,69%
Ulisses Maia	PDT	56.156	28,87%
Wilson Quinteiro	PSB	42.510	21,86%
Humberto Henrique	PT	13.966	7,18%
Flávio Vicente	Rede	3.718	1,91%
Investigador Nilson	Psol	417	0,21%
Priscila Guedes	PSTU	289	0,15%
Herculano Ferreira	PTdoB	255	0,13%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

No segundo turno, com 10 minutos de rádio e televisão para os dois candidatos, Ulisses Maia largou na frente logo nos primeiros dias e manteve a liderança até o dia da votação. Surpreso e sem poder de reação, Sílvio Barros tentou colar no candidato do PDT a imagem de aliado dos petistas, tentando desgastá-lo com a rejeição ao PT, que passou a apoiá-lo. Não obteve êxito, até porque boa parte da carreira do vereador foi ao lado da família Barros.

A coordenação do PP também fracassou na tentativa de atacar a vida pessoal de Ulisses. Mesmo mobilizando quase 400 cargos de confiança, dos 534 que podia nomear, Pupin não conseguiu ajudar Sílvio na rádio peão, recurso em que cabos eleitorais andam pela cidade espalhando boatos. Ao contrário, os pepistas ainda tiveram de assimilar a publicação de certidões mostrando que Sílvio Barros respondia a mais de 20 processos, de improbidade administrativa a homicídio culposo. Foi o fim da linha. No dia 30 de outubro, o grupo de Ricardo Barros foi derrotado nas urnas. Ulisses Maia teve 58,88% dos votos, enquanto Sílvio Barros ficou com 41,12%. A *zebra* que Egídio Asmann não foi em 1972, Ulisses conseguiu ser em 2016.

Quadro 20 - Eleição para prefeito em 2016 – 2º turno

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Ulisses Maia	PDT	118.635	58,88%
Sílvio Barros	PP	82.868	41,12%

Fonte: elaboração própria (2018).

Figura 25 - Ulisses Maia derrotou o grupo de Ricardo Barros



Fonte: acervo do autor (2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de 50 anos de acompanhamento da história de Maringá, encerro este trabalho com uma análise sobre quem realmente construiu a cidade, apontada como um exemplo de planejamento. Passados 71 anos desde que a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná iniciou oficialmente a venda de datas no então distrito de Mandaguari, a cidade tem mais de 408 mil habitantes e índices de desenvolvimento que colocam-na entre as dez melhores do país em qualidade de vida.

O traçado que saiu da prancheta de Jorge de Macedo Vieira serviu de inspiração para as vendas dos lotes pela CMNP, mas após sete décadas o município tem uma história mais ligada ao planejamento adotado pelos seus governantes e representantes da sociedade civil organizada do que ao idealizado pelos seus colonizadores. Hoje, ainda dona de algumas áreas na cidade, a Companhia recorre às cláusulas de reversão dos contratos de doação de lotes com finalidade específica, para não sair da memória e da vida dos maringaenses.

Os primeiros oito anos da administração municipal nada tiveram de ações planejadas. Ao contrário, o imprevisto foi a marca da prefeitura nas gestões de Inocente Vilanova Júnior e Américo Dias Ferraz. O primeiro porque não tinha recursos no município recém-criado, além de ter sido claramente boicotado pela Companhia de Melhoramentos. O segundo porque não tinha capacidade administrativa e nem condições pessoais para comandar uma cidade que crescia de forma extraordinária.

Nesse período, a Companhia, que por muitos ainda é apontada como a mãe do planejamento de Maringá, estava preocupada com os impostos que se recusava a pagar e não com o que seria feito da cidade. O lucro, razão maior para ter investido no Norte do Paraná, era o principal objetivo da empresa. O mandato do primeiro prefeito já mostrou que acima do bem-estar da população, a Companhia colocava seus interesses financeiros, a ponto de recusar-se a pagar IPTU sobre as mais de 5 mil datas que ainda possuía no início da década de 1950.

O traçado atraente visava apenas atrair compradores, da mesma forma que os anúncios em 4D das loteadoras atuais encantam quem pretende morar ou investir nas áreas mais afastadas do município. A ordem era vender as datas, não se importando se o comprador era rico, pobre, negro, branco ou amarelo. O pioneiro também poderia ser paulista, mineiro, baiano, cearense, italiano, alemão ou japonês. Bastava ter dinheiro para ao menos pagar as prestações dos terrenos.

Foi assim que meu pai, motorista de caminhão sempre dependente de patrões, conseguiu comprar uma data de 600 metros na Rua Tietê, Vila Sete. Depois adquiriu mais

uma data na Rua Bragança, sem nunca ter salário superior a dois mínimos. Bem diferente do que acontece atualmente, com lotes de 400 metros sendo oferecidos a preços exorbitantes e inacessíveis aos trabalhadores.

Mas foi por pouco que o *Seu Domingos* não vendeu suas propriedades para pagar primeiro a instalação da água e depois o asfalto, a preço altíssimo, dividido em 72 prestações que consumiam boa parte do orçamento da família. Terreno de esquina, primeiro o sofrimento para pagar um lado e ainda sem terminar as prestações veio a cobrança da outra rua. Além disso, o custo da calçada e do muro, exigidos pela prefeitura, implacável na visita dos fiscais. Os mesmos que passaram proibindo galinheiros ou chiqueiros, tirando do trabalhador a oportunidade de ter algum tipo de carne na refeição.

Onde agora surge um Jardim, nome dado ao que antes era chamado de vila, um motorista com mulher e cinco filhos jamais conseguirá ser dono de uma área para construir sua casa. Os loteamentos já oferecem água tratada, rede de esgoto e asfalto. É lei e o preço, lógico, recai sobre o comprador.

Como dizia João Paulino nas décadas de 1960 e 1970, Maringá não é lugar para criança amassar barro a caminho da escola. Esse mundo foi empurrado para além dos limites do município, especialmente Sarandi e Paiçandu. De lá, milhares de trabalhadores saem diariamente para trabalhar em Maringá, enfrentando transporte público caro e de péssima qualidade ou arriscando a vida em motocicletas no trânsito cada vez mais violento. É o poder local restrito ao limite legais do município.

Nada disso fazia parte do planejamento da cidade, que erroneamente é atribuído à CMNP. Na verdade é obra de JP, continuada pelos outros prefeitos, alguns por desejo próprio e outros por envolvimento com o mercado imobiliário, não mais atrelado aos poderosos compradores da colonizadora inglesa, mas dominado pela elite empresarial.

João Paulino queria que Maringá fosse uma cidade bonita e organizada, nem que para isso o contribuinte tivesse que vender sua propriedade e ir embora, por não ter como pagar o custo do desenvolvimento. Cidade sem favela, não é lugar para pobre, como outros prefeitos diziam nos bastidores, sem coragem de defender essa posição em público.

A pobreza que incomoda Maringá não incomodava a Companhia de Melhoramentos, que queria apenas vender suas datas, ganhar bastante dinheiro e propiciar aos sócios e executivos da empresa uma boa vida bem longe da terra roxa. Tornaram-se nomes de ruas e praças, mas fugiram da poeira. A cidade planejada era um pretexto, um *folder* para atrair clientes e lucrar com a venda de uma gigantesca área rica comprada a preço ínfimo.

O que viria depois dependeria dos moradores, aventureiros que derrubaram a mata e plantaram pés de café, na época áurea do ouro verde. Café que meu pai carregou no caminhão

de Murilo Macedo, gerente de banco que logo deixou a cidade e depois foi até Ministro do Trabalho no governo militar: “*Domingos, eu estou indo embora para São Paulo e vendi o caminhão para o Sílvio Barros. Pode ficar tranquilo que você continua empregado*”. A resposta foi imediata: “*Então estou desempregado, porque pra esse homem eu não trabalho*”. Entregou a chave do Chevrolet 51 e foi carregar saco de café na cabeça até voltar a ter emprego de motorista na Casa Afonso Fernandes.

Hoje Maringá já não depende mais dos pioneiros, como *Seu Domingos*, *Seu Luiz Pinhavel* ou *Seu Antonio Mafrinato*, substituídos pelos empreendedores. Também está deixando de ser a Cidade Canção, com a cabloca de Joubert de Carvalho quase esquecida. O sertanejo não é mais o homem da terra, é o universitário. O empregado, antes até íntimo do patrão, agora é colaborador, com crachá e número de matrícula.

Só uma característica não muda: a mania de grandeza, de riqueza que nem sempre pode ostentar. A cidade bonita e com boa qualidade de serviços públicos tem um custo alto. É um jardim cercado pela pobreza que brota nas redondezas. Quem não pode pagar pelas flores, até trabalha nas empresas instaladas em ruas e avenidas largas e arborizadas, mas vai dormir na vizinhança ou bem longe, depois do Contorno Sul ou do Contorno Norte, quase chegando no Rio Pirapó.

O que os gestores públicos não conseguiram prever ou entender é que o marketing sobre os índices que alavancam a imagem de excelente cidade para viver também é o que atrai brasileiros de todos os cantos do país. Se empresários e profissionais liberais da classe média alta deixam as capitais em busca de melhor qualidade de vida em Maringá, um número bem maior de desassistidos chegam para tentar a sorte e juntar-se aos milhares de trabalhadores obrigados a morar nas cidades da região, além de sofrerem com o alto índice de desemprego.

É o preço que a cidade se obrigou a pagar e não está distante o momento em que haverá uma explosão da demanda por serviços públicos, que já começou acontecer em relação aos moradores de situação de rua ou dependentes químicos, por exemplo. Essa “invasão” ao jardim será inevitável e por mais que tente demonstrar riqueza, o Poder Público, principalmente o Executivo municipal, não terá mais recursos para garantir a qualidade de atendimento ao cidadão, o que hoje é motivo de orgulho e de grande exigência da população.

Certamente esse desafio será muito maior que abrir clareiras na mata, asfaltar avenidas largas, construir escolas com prédios bonitos ou incentivar a arquitetura moderna dos novos prédios residenciais e comerciais. Cabe aos gestores públicos e à sociedade decidirem sobre a Maringá do futuro, assim como coube a eles a construção da Maringá do presente.

ENTREVISTAS

ALBORGHETTI, LUIZ CARLOS. Curitiba, 1992.

ALEXANDRE DA SILVA, Euclides Zago. Maringá, 1979, 1995, 1996, 2004, 2008.

GONÇALVES BEZERRA, Edna. Maringá, 2018.

CALEFFI, João Ivo. Maringá, 2000, 2004, 2008.

FACCI, Antonio Maringá, 1992.

FELÍCIO FERREIRA, Said. Maringá, 1987, 1988, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998.

FERNANDES REIS, Osvaldo. Maringá, 1993, 1994, 1995, 1996, 2004, 2008.

FURLANETTO, Airton. Maringá, 1992.

HOSSOKAWA, Mário. Maringá, 2017.

MAGALHÃES BARROS, Ricardo José. Maringá, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2004, 2008, 2018.

MAGALHÃES BARROS, Sílvio. Maringá, 1978.

MAGALHÃES BARROS II, Sílvio. Maringá, 1996, 2004, 2008.

MAGRO, Edivaldo. Maringá, 2017.

MAIA KOTSIFAS, Ulisses de Jesus. Maringá, 2015, 2016.

MANFRINATO, Antonio. Maringá, 1976, 1977, 1979, 2015, 2016.

MANICARDI, Antonio Mário. Maringá, 2000, 2004.

MENEGHEL, Serafim. Bandeirantes, 1997.

MESSIAS MENDES, Manoel. Maringá, 2018.

MONTEIRO FRANCISCO, Roberto Jeferson. Rio de Janeiro, 2004.

MORAIS GIANOTO, Jairo de. Maringá, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000.

MOREIRA DE CARVALHO, Benedito. Maringá, 1978.

MOREIRA DE CARVALHO, Luiz. Maringá, 1979.

NIERO, Atair. Maringá, 2001.

NOGAROLI, Jefferson. Maringá, 1996.

NORA RIBEIRO, Firmino. Maringá, 1978.

PACHECO DOS SANTOS, José. Maringá, 1989.

PEREIRA NETO, José Cláudio. Maringá. 1996, 1999, 2000.

PINHAVEL FILHO, Luiz. Maringá, 1977, 1987.

PUCCA, Antonio Paulo. Maringá, 1995.

PUPIN, Carlos Roberto. Maringá, 2007, 2008, 2012.

RACCANELLO FILHO, Horácio. Maringá, 1995, 1996, 1997.

RIGON, José Angelo. Maringá, 1997.

SAMBATTI, Sincler. Maringá, 1978, 1979.

SANCHEZ, Antenor. Maringá, 1998.

SCHIAVONE, Ademar. Maringá, 1999.

SOUTO MAIOR, Laércio. Maringá, 1985.

SOUZA GUIMARÃES, Walber. Maringá, 2004.

TIMBÓ DE SOUZA, Francisco. Maringá, 1989.

TRANJAN, Jorge. Maringá, 2001.

TREVIZAN, Domingos. Maringá, 2018.

VALENTE, Adriano José. Maringá, 1987, 1988, 1998, 1999, 2000.

VIDAL CÉZAR, Nereu. Maringá, 1990.

VIEIRA FILHO, João Paulino. Maringá, 1978, 1979, 1987, 1996, 1997.

VILLANOVA JR., Inocente. Maringá, 1979.

VILLANOVA MENON, Liliane. Maringá, 2018.

REFERÊNCIAS

CANOTILHO, Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2. ed. Almedina: Lisboa, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

DUQUE ESTRADA, Jorge Ferreira. **Terra Crua**, Maringá, [s.n.], 1961.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, Maringá, 1975.

PEREZ SILVA, Miguel Fernando. **Sala dos Suplícios**: o dossiê do Caso Clodimar Pedrosa Lô. Maringá, Editora Clichetec, 2017.

SANTIN, Janaína Rigo. Poder local e Gestão Democrática Municipal: uma análise a partir da teoria do discurso em Jürgen Habermas. In: HERMANY, Ricardo. **Empoderamento Social Local**. Santa Cruz do Sul: Editora IPR, 2010. p. 419-434.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Pobreza Mora ao Lado**: Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. 2004, p. 258. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2004.

SILVA, Wilson de Matos (Org.); PAULA, Antonio Roberto de; GOMES, Dirceu Herrero; SILVA, Miguel Fernando Perez; RECCO, Rogério. **Maringá 70 anos**: a cidade contada pelos que viveram sua história – da prancheta à realidade (1923-1959). Maringá: Unicesumar, 2017.

BIBLIOGRAFIA

GAZETA DO POVO, Curitiba, 1 nov. 2004. p. 7.

GOMES FILHO, Adhemar Bento. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10, 2005. Santiago, Chile. **Anais...** Santiago, Chile: CLAD, 2005. p. 10-12. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/1889/1/0052549.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS, Maringá, 1994. p. 3.

JORNAL DA UEM. Pioneiro conta a história da mais famosa figueira da UEM. Maringá: UEM, n. 82, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2009/70-jornal-82-junho-2009/491-pioneiro-counta-a-hist-da-mais-famosa-figueira-da-uem>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

REVISTA ACIM, Maringá, n. 367, 1996, p. 17-21.

REVISTA ACIM, Maringá, n. 398, 2000, p. 26-28.

REVISTA ACIM, Maringá, n. 400, 2000, p. 19-22.

REVISTA ACIM, Maringá, n. 400, 2000, p. 38-42.

REVISTA NORTE DO PARANÁ, Maringá, jul. 1963, p. 50.

SAHAGOFF, Ana Paula. Uma metodologia para compreender a experiência humana. In: SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 11, 2015. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis, 2015. p. 1-12.

SILVA, Márcia. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 69-78, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9379/5737>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

SOUTO MAIOR, Laércio. **Jornal O Fato Mandacaru**, Maringá, fev. 2018, p. 4.

TONELLA, Celene. O Orçamento Participativo e o Debate sobre a Democracia. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 281-301.